

PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES

2017 - 2018

ANÁLISE DA SEGURANÇA
ALIMENTAR NO BRASIL

 **IBGE**
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Economia
Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário Especial de Fazenda
Waldery Rodrigues Junior

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Susana Cordeiro Guerra

Diretor-Executivo
Fernando José de Araújo Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Eduardo Luiz G. Rios Neto

Diretoria de Geociências
João Bosco de Azevedo

Diretoria de Informática
Carlos Renato Pereira Cotovio

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Marise Maria Ferreira

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Trabalho e Rendimento
Maria Lucia França Pontes Vieira

Ministério da Economia
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Trabalho e Rendimento

Pesquisa de Orçamentos Familiares

2017-2018

**Análise da segurança alimentar
no Brasil**



Rio de Janeiro
2020

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 978-65-87201-20-7

© IBGE. 2020

Capa

Helga Szpiz e Marcos Balster Fiore Correia Coordenação de Marketing/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Ficha catalográfica elaborada pela Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais do IBGE

Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro : IBGE, 2020.

65 p.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-87201-20-7

1. Alimentos. 2. Aquisição. 3. Consumo. 4. Brasil. 5. Avaliação. 6. Levantamentos nutricionais. 7. Nutrição. 8. Orçamento familiar. 9. Pesquisa de Orçamentos Familiares. 10. Segurança alimentar. I. IBGE. Coordenação de Trabalho e Rendimento. II. POF : 2017-2018 : análise da segurança alimentar no Brasil.

CDU 64.03:001.8

SOC

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Sumário

Apresentação	5
Introdução	7
Notas técnicas	
Conceitos e definições	11
Segurança alimentar no Brasil	20
Procedimentos gerais de tratamento das informações e aspectos de amostragem	25
Comentários dos resultados	27
Segurança alimentar no Brasil e nas Grandes Regiões	28
Caraterísticas dos domicílios	38
Despesas monetárias e não monetárias	42
Aquisição alimentar domiciliar <i>per capita</i>	48
Rendimento total e variação patrimonial	50
Condições de vida	51
Referências	53

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

Os propósitos principais das Pesquisas de Orçamentos Familiares - POFs, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, são disponibilizar informações sobre a composição orçamentária doméstica e sobre as condições de vida da população, incluindo a percepção subjetiva da qualidade de vida, bem como gerar bases de dados e estudos sobre o perfil nutricional da população.

Nesta publicação são apresentados os resultados referentes ao tema segurança alimentar no Brasil. Os dados para este estudo foram obtidos a partir da aplicação das perguntas componentes da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA. Na POF 2017-2018, pela primeira vez, a escala foi aplicada como parte integrante do questionário Avaliação das condições de vida (POF 6).

Os resultados aqui comentados apresentam a relação da situação de segurança alimentar ou insegurança alimentar existente nos domicílios brasileiros com as características do orçamento doméstico e o modo de viver das famílias. Assim, são apresentados e discutidos resultados sobre despesas e aquisições, características dos domicílios, aquisição alimentar domiciliar *per capita*, rendimento total e variação patrimonial, além da avaliação subjetiva das condições de vida.

Esta é a quarta série de resultados sobre o tema, sendo as anteriores disponibilizadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2004, 2009 e 2013. As perguntas referentes à EBIA são as mesmas investigadas nas PNADs, mantendo assim a possibilidade de comparação dos indicadores e as informações da série histórica nacional.

Os aspectos observados a partir da exploração dos dados são identificados e analisados, neste estudo, referindo-se aos domicílios e às famílias residentes em áreas urbana e rural e Grandes Regiões. A evolução, a partir de pesquisas anteriores, das variáveis sob investigação, também é comentada.

Também são apresentados, de forma resumida, os procedimentos utilizados na coleta e tratamentos das informações da pesquisa. É também descrito o modelo metodológico aplicado para a classificação dos domicílios quanto à situação de segurança alimentar ou insegurança alimentar existente.

Essas informações estão disponíveis para *download* no portal do IBGE na Internet, bem como as tabelas de resultados. O IBGE agradece a todos que contribuíram para a realização da pesquisa, particularmente às famílias entrevistadas, e coloca-se à disposição dos usuários para quaisquer esclarecimentos.

Eduardo Luiz G. Rios Neto

Diretor de Pesquisas

Introdução

A Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF visa, principalmente, mensurar as estruturas de consumo, dos gastos, dos rendimentos e parte da variação patrimonial das famílias. Possibilita traçar, portanto, um perfil das condições de vida da população brasileira a partir da análise de seus orçamentos domésticos.

Além das informações diretamente associadas à estrutura orçamentária, várias características dos domicílios e das famílias são investigadas, ampliando o potencial de utilização dos resultados da pesquisa. É possível, portanto, estudar a composição dos gastos das famílias segundo as classes de rendimentos, as disparidades regionais, as áreas urbana e rural, a extensão do endividamento familiar, a difusão e o volume das transferências entre as diferentes classes de renda e a dimensão do mercado consumidor para grupos de produtos e serviços.

Outros temas, também fortemente relacionados às condições de vida, são destaque nas POFs, a exemplo da investigação subjetiva sobre a qualidade de vida das famílias e de um amplo conjunto de variáveis que é investigado para a avaliação do perfil nutricional da população residente no Brasil. Para tanto, novamente foi executado o módulo de investigação sobre o consumo alimentar pessoal, já divulgado anteriormente. Tema desta quarta publicação da pesquisa e, pela primeira vez nas POFs, os resultados sobre a situação da segurança alimentar no Brasil são aqui apresentados e discutidos. Os dados deste estudo foram obtidos a partir da aplicação das perguntas da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA. Para tanto, a escala foi introduzida no questionário sobre Avaliação das condições de vida (POF 6). Cabe ainda destacar a relevância do tema segurança alimentar no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, onde

vários indicadores devem ser atualizados a partir da disponibilidade dos dados da pesquisa. Mais especificamente, no âmbito do ODS2 – Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável –, a inclusão da EBIA na POF permite agora um conjunto de análises envolvendo as dimensões relacionadas com este objetivo e as características do orçamento doméstico.

A primeira publicação da POF 2017-2018 contemplou os temas despesas, rendimentos e variação patrimonial das famílias, aspectos básicos para a análise dos orçamentos domésticos. Os resultados referentes às despesas e rendimentos foram apresentados nos enfoques monetário e não monetário.

A segunda publicação abordou o tema referente às quantidades adquiridas da alimentação domiciliar *per capita*, na qual os resultados foram discutidos segundo os recortes geográficos, as situações urbana e rural e classes de rendimentos. Os resultados apresentaram as estatísticas das quantidades anuais *per capita*, em quilogramas, adquiridas para consumo no domicílio, para uma ampla relação de alimentos e bebidas. Ademais, o estudo também contemplou a avaliação nutricional destas quantidades de alimentos e bebidas adquiridas pelas famílias brasileiras para consumo no domicílio. A análise foi desenvolvida sob algumas hipóteses, conforme destacado naquela publicação, uma vez que aquisição alimentar tal como investigada na POF 2017-2018, bem como nas anteriores, ao corresponder à disponibilidade de alimentos e bebidas para consumo no domicílio, não reflete integralmente a ingestão de alimentos e bebidas pelas pessoas.

Já a terceira publicação trouxe as informações sobre o consumo alimentar pessoal das pessoas moradoras com 10 anos ou mais de idade, sendo os dados obtidos a partir da aplicação do Bloco de consumo alimentar pessoal (POF7). O conhecimento dos dados sobre consumo individual permite a construção de estatísticas sobre a ingestão habitual de alimentos, energia e nutrientes, de modo a possibilitar uma análise mais precisa da qualidade da dieta dos brasileiros. Estas informações, em conjunto com dados de disponibilidade de alimentos, são fundamentais para o planejamento e monitoramento de ações de saúde e nutrição no Brasil.

A POF 2017-2018 é a sexta pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE sobre orçamentos familiares. As pesquisas anteriores foram o Estudo Nacional de Despesa Familiar - Endef 1974-1975, com âmbito territorial nacional – à exceção das áreas rurais das Regiões Norte e Centro-Oeste, a POF 1987-1988, a POF 1995-1996, a POF 2002-2003 e a POF 2008-2009. As POFs dos anos 1980 e 1990 foram concebidas para atender, prioritariamente, a atualização das estruturas de consumo dos índices de preços ao consumidor produzidos pelo IBGE, sendo realizadas nas Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, no Município de Goiânia e no Distrito Federal. A POF 2002-2003 e a POF 2008-2009 dão igual prioridade às demais aplicações anteriormente mencionadas.

A amostra da POF 2017-2018 manteve características do desenho aplicado à POF 2008-2009, cobrindo todo o Território Nacional e mantendo sua concepção segundo o conceito de amostra mestra, que o IBGE adota para todas as pesquisas domiciliares por amostragem no contexto mais amplo do projeto de reformulação dessas pesquisas – a construção do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD.

Cabe ainda, nessas considerações iniciais, esclarecer sobre a adoção do termo “família” nas publicações de resultados da POF. A POF é uma pesquisa realizada por amostragem, na qual são investigados os domicílios particulares permanentes. No domicílio, por sua vez, é identificada a unidade básica da pesquisa – unidade de consumo – que compreende um único morador ou conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação ou compartilham as despesas com moradia. É importante ressaltar que esta definição, que será detalhada mais adiante, segue as recomendações e práticas internacionais referentes às pesquisas similares.

Para propiciar a compreensão dos resultados aqui apresentados, assim como estudos futuros, os conceitos adotados na pesquisa e sua metodologia constituem parte dessa publicação.

Notas técnicas

Conceitos e definições

Neste módulo, são apresentados os conceitos relacionados com os resultados desta publicação, segundo as seguintes variáveis: domicílios, unidades de consumo, quantidades adquiridas de alimentos e bebidas, pessoas, despesas, rendimentos e condições de vida. Antecede aos temas a descrição das referências temporais inerentes ao levantamento e à qualidade das informações sobre orçamentos familiares. Estas definições referentes à variável tempo são básicas para o entendimento dos conceitos e resultados da pesquisa.

Na Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2017-2018, três enfoques temporais foram utilizados.

Período de realização da pesquisa

Para propiciar a estimação de orçamentos familiares que contemplem as alterações a que estão sujeitos ao longo do ano, tanto as despesas quanto os rendimentos, definiu-se o tempo de duração da pesquisa em 12 meses. O período de realização da POF 2017-2018 teve início no dia 11 de julho de 2017 e término no dia 9 de julho de 2018.

Período de referência das informações de despesas e rendimentos

A investigação de uma grande diversidade de itens de despesas, com diferentes valores unitários e diferentes frequências de aquisição, requer definir períodos de observação variados. Em geral, as despesas de menor valor são aquelas normalmente realizadas com mais frequência, enquanto as despesas de maior valor são realizadas

com menor frequência. Além disso, a memória das informações relacionadas a uma aquisição com valor mais elevado é preservada por um período mais longo. Assim, com o objetivo de ampliar a capacidade do informante para fornecer os valores das aquisições realizadas e as demais informações a elas associadas, foram definidos quatro períodos de referência: sete dias, 30 dias, 90 dias e 12 meses, segundo os critérios de frequência de aquisição e do nível do valor do gasto.

Os rendimentos e as informações a eles relacionadas são coletados segundo o período de referência de 12 meses.

Como a operação da coleta tem duração de 12 meses, os períodos de referência das informações de despesas e rendimentos não correspondem às mesmas datas para cada domicílio selecionado. Para cada informante, os períodos de referência foram estabelecidos como o tempo que antecede à data de realização da coleta no domicílio. A exceção é o período de referência de sete dias, que é contado no decorrer da entrevista.

Data de referência da pesquisa

Como as POFs combinam um período de coleta de 12 meses com períodos de referência de até 12 meses, adotado para alguns itens de despesa e para os rendimentos, as informações se distribuem em um período total de 24 meses. Durante os 24 meses mencionados, ocorrem mudanças absolutas e relativas nos preços, requerendo que os valores levantados na pesquisa sejam valorados a preços de uma determinada data.

A data de referência fixada para a compilação, análise e apresentação dos resultados da POF 2017-2018 foi 15 de janeiro de 2018.

Domicílio

Domicílio é a unidade amostral da pesquisa, consistindo também em importante unidade de investigação e análise para caracterização das condições de moradia das famílias.

Domicílio

É a moradia estruturalmente separada e independente, constituída por um ou mais cômodos, sendo que as condições de separação e independência de acesso devem ser satisfeitas.

A condição de separação é atendida quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas e outros, quando é coberto por um teto e permite que seus moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia.

A independência é atendida quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que seus moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas.

Domicílio particular permanente

Destina-se à habitação de uma ou mais pessoas, ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, sendo todo ou parte destinado exclusivamente à moradia.

Na POF, em função de seus objetivos e características, somente foram pesquisados os domicílios particulares permanentes.

Características dos domicílios

Para a presente publicação, as seguintes características dos domicílios foram analisadas: forma de abastecimento de água; escoadouro de banheiro, sanitário ou buraco para dejeções; destino do lixo e combustível utilizado na preparação de alimentos.

Unidade de consumo

A unidade de consumo é a unidade básica de investigação e análise dos orçamentos. Para efeito de divulgação da POF, o termo “família” é considerado equivalente à unidade de consumo.

A unidade de consumo compreende um único morador ou conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação, isto é, utilizam um mesmo estoque de alimentos e/ou realizam um conjunto de despesas alimentares comuns. Nos casos em que não existia estoque de alimentos nem despesas alimentares comuns, a identificação ocorreu através das despesas com moradia.

Unidade de consumo principal

A unidade de consumo principal é aquela à qual pertence o responsável pela maior parte das despesas de moradia (aluguel ou prestação de imóvel próprio e/ou contas e taxas de serviços do domicílio).

Tamanho da unidade de consumo

Corresponde ao número total de moradores integrantes da unidade de consumo.

Estimativa do tamanho médio da unidade de consumo

Conceito utilizado no plano tabular, definido como a razão entre valor estimado da população no total e valor estimado do número de unidades de consumo no total. A mesma definição se aplica para o tamanho médio da unidade de consumo em cada classe de rendimento ou grupo de unidades de consumo.

Pessoas

Pessoa moradora

Pessoa que tinha o domicílio como residência única ou principal e que não se encontrava afastada deste por período superior a 12 meses. Aquelas que se achavam presentes por ocasião da coleta da pesquisa são consideradas moradores presentes. A pessoa é moradora ausente se, por ocasião da coleta, estava afastada temporariamente.

Total de pessoas moradoras

Conceito utilizado no plano tabular, que consiste na estimativa do total do número de pessoas moradoras presentes e ausentes das unidades de consumo na população ou em uma determinada classe. Equivale à estimativa da população residente a partir da POF.

Pessoa de referência da unidade de consumo

Foi considerada aquela pessoa responsável por uma das seguintes despesas: aluguel, prestação do imóvel ou outras despesas de habitação (condomínio, imposto predial, serviços, taxa etc.). No caso em que nenhum morador satisfizesse a pelo menos uma das condições acima, a pessoa de referência foi aquela assim considerada pelos moradores da unidade de consumo. Se mais de uma pessoa foi identificada pelos moradores, estabeleceu-se a idade mais alta como critério de escolha.

Características das pessoas

Dentre as características investigadas em cada unidade de consumo foram de interesse neste estudo algumas características da pessoa de referência: sexo e cor ou raça.

Sexo

Pesquisado nas categorias: homem, mulher.

Cor ou raça

Pesquisado nas categorias: branca, preta, amarela, parda e indígena.

Unidade de orçamento

Morador que teve alguma participação no orçamento da unidade de consumo no período de referência de 12 meses.

Os moradores ausentes, os moradores com menos de 10 anos de idade e os moradores cuja condição no domicílio fosse de empregado doméstico ou parente de empregado doméstico não foram pesquisados como unidade de orçamento. Nas situações de moradores com menos de 10 anos, as aquisições e rendimentos correspondentes são registrados juntamente com os da pessoa responsável pelo menor.

A unidade de orçamento é representada por:

a) Unidade de orçamento despesa

Morador cuja participação no orçamento da unidade de consumo representou a realização de aquisições que resultaram em despesas monetárias e/ou não monetárias.

b) Unidade de orçamento rendimento

Morador cuja participação no orçamento da unidade de consumo representou qualquer tipo de ganho monetário - remuneração do trabalho, transferência, aluguel de imóvel, aplicações financeiras, entre outros. Também foram consideradas todas as pessoas que exerceram algum tipo de trabalho não remunerado.

Despesas

A POF teve como objetivo principal pesquisar todas as despesas, que foram definidas como monetárias e não monetárias.

Despesas monetárias

São aquelas efetuadas através de pagamento, realizado à vista ou a prazo, em dinheiro, cheque ou com utilização de cartão de crédito.

Despesas não monetárias

São aquelas efetuadas sem pagamento monetário, ou seja, aquisição obtida através de doação, retirada do negócio, troca, produção própria, pescado, caçado e coletado durante os períodos de referência da pesquisa, disponíveis para utilização. As valorações das despesas não monetárias foram realizadas pelos próprios informantes, considerando os preços vigentes no mercado local.

O aluguel atribuído ao domicílio cuja condição de ocupação era diferente de alugado foi também contabilizado como despesa não monetária, assim como nas pesquisas anteriores.

É importante observar que as despesas não monetárias são iguais, em termos contábeis, aos rendimentos não monetários, com exceção do valor do aluguel estimado, cujo tratamento é explicitado na definição do rendimento. O critério adotado no tratamento das informações para as despesas não monetárias segue as recomendações contidas no documento Informe de la conferencia (CONFERENCIA..., 2003), realizada pela Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO), em dezembro de 2003.

A forma de obtenção complementa a caracterização das despesas informadas.

Forma de obtenção

Refere-se à forma de obtenção dos produtos e serviços adquiridos pelas unidades de consumo. Foram coletadas informações sobre as aquisições monetária e não monetária. Deste modo, utilizou-se a forma de obtenção como variável de classificação das despesas, com o objetivo principal de identificá-las como monetárias e não monetárias.

Assim, foram definidas as seguintes categorias para a variável forma de obtenção:

1. Monetária à vista para a unidade de consumo – quando o dispêndio realizado por qualquer membro na aquisição do produto ou serviço destinado à própria unidade de consumo teve o pagamento efetivado em dinheiro, cheque, cartão de débito bancário, vale-refeição, vale-transporte etc., e foi praticado sem nenhum parcelamento.
2. Monetária à vista para outra unidade de consumo – quando o dispêndio realizado por qualquer membro na aquisição do produto ou serviço destinado a outra unidade de consumo teve o pagamento efetivado em dinheiro, cheque, cartão de débito bancário, vale-refeição, vale-transporte etc., e foi praticado sem nenhum parcelamento.
3. Monetária a prazo para a unidade de consumo – quando o dispêndio realizado por qualquer membro na aquisição do produto ou serviço destinado à própria unidade de consumo teve o pagamento efetivado em dinheiro, cheque, cartão de débito bancário, cartão de crédito, vale-refeição, vale-transporte etc., e foi praticado com qualquer tipo de parcelamento.

4. Monetária a prazo para outra unidade de consumo – quando o dispêndio realizado por qualquer membro na aquisição do produto ou serviço destinado a outra unidade de consumo teve o pagamento efetivado em dinheiro, cheque, cartão de débito bancário, cartão de crédito, vale-refeição, vale-transporte etc., e foi praticado com qualquer tipo parcelamento.
5. Cartão de crédito à vista para a unidade de consumo – quando a aquisição do produto ou serviço destinado à própria unidade de consumo foi monetária com cartão de crédito e praticada sem nenhum parcelamento. Também foram incluídas nessa categoria as aquisições realizadas no período de referência com cartão de crédito à vista que ainda não tinham sido pagas.
6. Cartão de crédito à vista para outra unidade de consumo – quando a aquisição do produto ou serviço destinado a outra unidade de consumo foi monetária com cartão de crédito e praticada sem nenhum parcelamento. Também foram incluídas nessa categoria as aquisições realizadas no período de referência com cartão de crédito à vista que ainda não tinham sido pagas.
7. Doação – quando, na aquisição do produto pelo morador, não houve nenhum dispêndio em dinheiro, cheque, cartão ou bens e serviços, ou seja, o produto foi adquirido ou obtido sem nenhum custo. Como exemplo: presentes, remédios recebidos em postos de saúde e cesta básica de alimentos fornecida pelo empregador.
8. Retirada do negócio – quando a aquisição do produto pelo morador foi feita utilizando-se estoque não destinado ao consumo do domicílio e voltado para o comércio ou negócio a cargo do morador.
9. Troca – quando um produto foi adquirido pelo morador mediante permuta por outro produto ou serviço.
10. Produção própria – quando a aquisição do produto pelo morador representou uma retirada de sua própria produção (autoconsumo). Essa classificação só foi utilizada se nenhuma parte da produção foi comercializada, pois, caso contrário, representou uma retirada do negócio.
11. Outra – quando foi verificada uma outra forma de aquisição que não se enquadrasse nas definições acima, como produto achado, produto roubado, entre outros.

Cabe ressaltar que, na classificação adotada na geração dos resultados para todos os tipos de aquisições, definiu-se como despesas monetárias aquelas correspondentes às categorias da variável forma de obtenção de 1 a 6, e como despesas não monetárias as correspondentes às categorias de 7 a 11.

Despesa total

Inclui todas as despesas monetárias realizadas pela unidade de consumo na aquisição de produtos, serviços e bens de qualquer espécie e natureza, e as despesas não monetárias com produtos e bens, além do serviço de aluguel.

Compõem a despesa total todas as despesas monetária e não monetária correntes (despesas de consumo e outras despesas correntes), o aumento do ativo e a diminuição do passivo.

Despesas correntes

As despesas correntes incluem as despesas de consumo e as outras despesas correntes.

Despesas de consumo

Correspondem às despesas realizadas pelas unidades de consumo com aquisições de bens e serviços utilizados para atender diretamente às necessidades e desejos pessoais de seus componentes no período da pesquisa. Estão organizadas segundo os seguintes grupamentos: alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde, educação, recreação e cultura, fumo, serviços pessoais e outras despesas diversas não classificadas anteriormente.

Rendimento total

O rendimento bruto total da unidade de consumo corresponde ao somatório dos rendimentos brutos monetários dos componentes das unidades de consumo, exclusive os empregados domésticos e seus parentes, acrescido do total dos rendimentos não monetários das unidades de consumo.

Rendimento monetário

Considerou-se como rendimento todo e qualquer tipo de ganho monetário, exceto a variação patrimonial, recebido durante o período de referência de 12 meses anteriores à data de realização da coleta das informações.

O rendimento foi pesquisado para cada um dos moradores que constituiu uma unidade de orçamento/rendimento.

Rendimento não monetário

Considerou-se como rendimento não monetário a parcela equivalente às despesas não monetárias como definidas anteriormente.

É importante observar que as despesas não monetárias são iguais, em termos contábeis, às receitas não monetárias com exceção do aluguel estimado.

Para a imputação do valor do rendimento não monetário correspondente ao aluguel de imóveis, foram deduzidas, do valor do aluguel estimado pelas unidades de consumo, as despesas com manutenção e reparos, impostos, taxas de serviços e seguros com o domicílio, conforme as recomendações contidas no documento Informe de la conferencia (CONFERENCIA..., 2003), realizada pela OIT, em dezembro de 2003.

Variação patrimonial

Compreende vendas de imóveis, carros e outros bens, heranças e o saldo positivo da movimentação financeira (depósitos e retiradas de aplicações financeiras como, por exemplo, poupança e cotas de fundos de investimento).

Rendimento total e variação patrimonial médio mensal familiar

Para um determinado conjunto de dados, a estimativa do rendimento total e variação patrimonial médio mensal familiar é a soma dos rendimentos monetários mensais bru-

tos, dos rendimentos não monetários mensais das unidades de consumo e da variação patrimonial, dividida pelo número de unidades de consumo contidas neste conjunto.

Aquisição alimentar domiciliar *per capita*

Na coleta das informações relativas aos alimentos adquiridos pelas famílias – alimentos e bebidas – destinados exclusivamente ao consumo domiciliar, utilizou-se, como instrumento de coleta de informações, a Caderneta de aquisição coletiva (POF 3), onde foram registrados, diariamente e durante sete dias consecutivos, a descrição detalhada de cada produto adquirido, a quantidade, a unidade de medida com o seu equivalente em peso ou volume – quando fosse pertinente – o valor da despesa em reais, o local de compra e a forma de aquisição do produto. São apresentados a seguir, de forma resumida, os procedimentos gerais de coleta da POF 2008-2009 relacionados com a aquisição de alimentos e bebidas para consumo no domicílio.

Quantidades adquiridas de alimentos e bebidas

As quantidades adquiridas de alimentos e bebidas correspondem a todas as aquisições realizadas para consumo domiciliar pela unidade de consumo durante o período da pesquisa.

Na descrição registrada para cada produto, a quantidade física corresponde à da forma como o produto foi adquirido e corresponde ao número de unidades de medida do respectivo produto. Essa quantidade de aquisição é também variável de análise neste estudo.

Unidade de medida

Para cada produto adquirido, a variável unidade de medida foi registrada e descrita detalhadamente como foi obtido. Exemplo: aquisição de 200 gramas de salaminho - registro da unidade de medida - gramas.

Peso ou volume

Para os produtos adquiridos, a variável peso ou volume correspondeu ao peso, volume ou quantidades das unidades da unidade de medida do produto. Exemplo: aquisição de 200 gramas de margarina - registro do peso ou volume - 200. Nas aquisições em que a unidade de medida já contemplava o peso ou volume esta variável não foi registrada.

Instrumentos e procedimentos da coleta específicos

O instrumento básico para o registro das informações necessárias para a aplicação do modelo metodológico utilizado na obtenção das estimativas das quantidades adquiridas de produtos alimentares para consumo no domicílio foi a Caderneta de aquisição coletiva (POF 3). Nessa caderneta, foram registradas diariamente, durante sete dias consecutivos, as aquisições de alimentos de uso comum na unidade de consumo, inclusive refeições prontas, bebidas, artigos de higiene pessoal e de limpeza, combustíveis de uso doméstico e outros produtos, cuja aquisição costuma ser frequente e, em geral, servem a todos os moradores.

As informações destas aquisições foram fornecidas pela pessoa que administra ou dirige estes tipos de despesas no orçamento doméstico. Foram registradas todas as aquisições efetuadas no período de referência de sete dias, incluindo as aquisições realizadas pelos demais moradores da unidade de consumo relacionadas com alimentos e bebidas, bem como outros produtos pertinentes à Caderneta de aquisição coletiva para consumo no domicílio.

Para cada dia do período de referência, foram pesquisadas e registradas as seguintes informações para cada produto adquirido: descrição detalhada do produto com suas respectivas quantidades adquirida e unidade de medida; forma de aquisição; despesa em reais com o produto adquirido; e o tipo de local de compra onde ocorreu a aquisição do produto. Exemplo: aquisição de três pacotes de 500 gramas de macarrão com ovos (descrição detalhada do produto), com pagamento monetário à vista para consumo no domicílio (forma de aquisição), no valor de R\$ 3,60 (despesa), em supermercado (local de aquisição).

Cabe esclarecer que, mesmo com todos os procedimentos adotados na coleta das informações, principalmente aqueles voltados para garantir a precisão e detalhamento dos registros de aquisições, no caso específico dos produtos alimentares adquiridos pela unidade de consumo, por se tratar muitas vezes de aquisições de vários produtos (por vezes de baixos valores) adquiridos num mesmo momento, ocorreram situações em que o informante não discriminou cada tipo de produto adquirido, nesses casos o registro foi descrito como agregado com seu respectivo valor total.

Para o agregado cujos componentes foram discriminados pelo informante, adotou-se o procedimento de distribuição do valor da despesa total, conforme descrito em “Tratamentos gerais das aquisições e rendimentos” no item “Alocação das aquisições agregadas da Caderneta de aquisição coletiva”.

Diferentemente, para o agregado cujo conteúdo não foi discriminado pelo informante, não houve distribuição de sua despesa. Optou-se, nestes casos, por não levar em conta as informações destes agregados no método de cálculos das quantidades *per capita*. Adotou-se este procedimento porque a distribuição das aquisições assim informadas – agregadas –, sem discriminação dos produtos adquiridos, tendo em vista as estratificações adotadas na divulgação (Grandes Regiões, estados, classes de rendimento total e variação patrimonial, situação do domicílio e forma de aquisição), poderiam provocar distorções nas estimativas dos resultados.

Anualização das despesas e quantidades

Para cada informação de quantidade de produtos alimentares adquirida e informada em campo, o valor anual foi obtido aplicando-se o multiplicador correspondente ao número de dias do ano dividido pelo número de dias pesquisados na Caderneta de aquisição coletiva (sete), gerando-se um fator de anualização igual a 52. Efetuou-se o mesmo processo de anualização para as informações referentes ao valor da aquisição monetária e não monetária – valor da despesa –, sendo que, neste caso específico, levou-se em conta os valores devidamente deflacionados (descontados os efeitos inflacionários) para a data de 15 de janeiro de 2018. Esse procedimento antecedeu a utilização destes valores no cálculo de preços médios por produto, que constituíram parâmetro básico para a crítica de quantidades adquiridas e imputação daquelas rejeitadas na crítica e não informadas de acordo com procedimentos descritos a seguir.

Estimativas das quantidades *per capita* adquiridas

De posse das quantidades de produtos alimentares adquiridas pelas famílias para o consumo domiciliar, a quantidade *per capita* anual de cada produto foi obtida através da estimativa de razão entre a totalização das quantidades e a população residente estimada.

Segurança alimentar no Brasil

O objetivo desta seção é apresentar a metodologia utilizada na análise dos dados coletados pela POF 2017-2018, para estimar a prevalência de segurança alimentar (SA) e os graus da insegurança alimentar (IA) nos domicílios brasileiros. Seguindo os aspectos metodológicos aplicados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD dos anos de 2004, 2009 e 2013, foi aplicada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA para identificação e classificação das unidades domiciliares de acordo com os graus de severidade com que o fenômeno da IA é vivenciado pelas famílias residentes no País. Esta seção discute brevemente o marco legal que define a Segurança Alimentar e Nutricional - SAN como um direito e estabelece a produção de informação como requisito para o acompanhamento de sua efetivação. Ressalta-se aqui, que a produção de informações sobre o tema, com a oportunidade trazida pela aplicação da EBIA através da POF 2017-2018, resulta em uma base de dados capaz de propiciar análises sobre as características das despesas e aquisições das famílias, a partir de sua classificação quanto à situação de SA ou IA.

Arcabouço legal da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil

Em 2010, foram estabelecidas a regulamentação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN e a instituição da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN (Decreto n. 7.272, de 25.08.2010), assim como a incorporação da alimentação aos direitos sociais previstos na Constituição Federal (Emenda Constitucional n. 64, de 04.02.2010).

A LOSAN¹, além de estabelecer a alimentação adequada como direito humano imprescindível à cidadania, passou a obrigar o poder público a informar, monitorar e avaliar a sua efetivação. Avançando nessa direção, determina que o conceito de SAN deve abranger – além do acesso aos alimentos, conservação da biodiversidade, promoção da saúde e da nutrição, qualidade sanitária e biológica dos alimentos e promoção de práticas alimentares saudáveis – a produção de conhecimento e o acesso à informação (BRASIL, 2006).

A partir do estabelecimento do marco legal para a SAN no Brasil, várias ações foram promovidas com o objetivo de estruturar um sistema capaz de avaliar e monitorar as várias dimensões de análises de SAN, como, por exemplo, o acesso à alimentação adequada e saudável. Dentre estas ações, destaca-se a III Conferência

¹ Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Sisan com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada. Segundo esta lei, a segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional², que recomenda a realização contínua de pesquisas amostrais de base populacional relativas ao diagnóstico da SAN no País. Para isto, deve-se utilizar dados e indicadores disponibilizados nos sistemas de informação existentes (BRASIL, 2010b), tais como os dos levantamentos oficiais realizados pelo IBGE, a exemplo da presente publicação da POF 2017-2018.

Mensuração da Segurança Alimentar e Nutricional

A identificação e mensuração da SAN possui múltiplas dimensões que refletem diferentes perspectivas e propósitos de uso. De acordo com Kepple (2010), a primeira dimensão se relaciona a disponibilidade do alimento que significa a oferta de alimentos para toda população e depende da produção, importação (quando necessária) e sistemas de armazenamento e distribuição. A segunda dimensão é o acesso físico e econômico aos alimentos, que significa a capacidade de obter alimentos em quantidade suficiente e com qualidade nutricional adequada, a partir de estratégias cultural e socialmente aceitáveis, além de depender da política de preços e da renda familiar. Já a terceira é a utilização biológica dos alimentos pelo organismo e o aproveitamento dos nutrientes, que é afetado pelas condições sanitárias nas quais as pessoas vivem e produzem sua comida, portanto, pela segurança microbiológica dos alimentos e pelos conhecimentos, hábitos e escolhas sociais. Por fim, a quarta dimensão é decisiva para a definição da situação de SA ou IA das famílias. Trata-se da estabilidade, que implica no grau de perenidade da utilização, acesso e disponibilidade dos alimentos. Esta dimensão envolve a sustentabilidade social, econômica e ambiental, e demanda o planejamento de ações pelo poder público e pelas famílias ante problemas de ruptura do acesso aos alimentos e que podem ser crônicos, sazonais ou passageiros.

O conceito de SAN é amplo, contendo uma multiplicidade de dimensões e vários aspectos e possibilidades de análise. Por estas razões, é possível encontrar um vasto conjunto de indicadores. E, como pontua a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO), o conceito de SAN pode variar de acordo com o mandato institucional, esfera e contexto geográfico, área ou setor e até visão política-ideológica.

Para se acercar desta multiplicidade de aspectos, existem, de acordo com Pérez-Escamilla e Segall-Corrêa (2008), cinco métodos de análise comumente empregados em inquéritos nacionais: método da FAO de cálculo da disponibilidade calórica diária *per capita*; cálculo da renda mínima para consumo alimentar e não alimentar; cálculo do consumo alimentar – como os recordatórios quantitativos das últimas 24 horas, frequência de consumo alimentar ou a quantificação dos gastos familiares com aquisição de alimentos; antropometria e; escalas psicométricas do acesso familiar aos alimentos, por exemplo, a EBIA³.

Uma vantagem do uso das escalas psicométricas é que elas medem o fenômeno diretamente a partir da experiência de IA vivenciada e percebida pelas pessoas afetadas. Com isto, elas captam não só a dificuldade de acesso aos alimentos, mas também

² Conferência realizada em Fortaleza, Ceará, no período de 3 a 6 de julho de 2007, sobre o tema "Por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional".

³ Para informações complementares sobre a EBIA, consultar Segurança alimentar 2004 (2006). Para uma análise completa das vantagens e desvantagens de cada um dos cinco métodos, consultar as publicações de Pérez-Escamilla e Segall-Corrêa (2008) e Takagi, Silva e Del Grossi (2001).

a dimensão psicossocial da IA, tomando os domicílios como unidade de análise. Além disso, podem ser adaptadas – mediante utilização de metodologias qualitativas – a diferentes contextos socioculturais locais, sendo sua aplicação e análise relativamente simples (PÉREZ-ESCAMILLA; SEGALL-CORRÊA, 2008).

As escalas de medida direta da IA, como a EBIA, fornecem informações estratégicas para a gestão de políticas e programas sociais porque permitem tanto identificar e quantificar os grupos sociais em risco de IA quanto os seus determinantes e consequências. Trata-se de uma ferramenta com excelente relação custo-efetividade que vem sendo usada desde a década de 1990 em vários países e cuja aplicação e análise demonstraram apresentar aspectos comuns aos diferentes contextos socioculturais e que representam os graus de severidade da IA: 1) componente psicológico – ansiedade ou dúvida sobre a disponibilidade futura de alimentos na casa para suprir as necessidades dos moradores; 2) qualidade dos alimentos – comprometimento das preferências socialmente estabelecidas acerca dos alimentos e sua variedade no estoque doméstico; 3) redução quantitativa dos alimentos entre adultos; 4) redução quantitativa dos alimentos entre as crianças; 5) fome – quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos (COATES, 2006; PÉREZ-ESCAMILLA; SEGALL-CORRÊA, 2008; SWINDALE; BILINSKY, 2006). A partir da percepção da experiência do domicílio nos últimos 90 dias, a EBIA aponta para um dos seguintes graus da IA vivida pelas famílias:

Quadro 1 - Descrição dos graus de segurança e insegurança alimentar

Situação de segurança alimentar	Descrição
Segurança alimentar	A família/domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.
Insegurança alimentar leve	Preocupação ou incerteza quanto acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos.
Insegurança alimentar moderada	Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos.
Insegurança alimentar grave	Redução quantitativa de alimentos também entre as crianças, ou seja, ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre todos os moradores, incluindo as crianças. Nessa situação, a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio.

Fonte: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Nota Técnica DA/SAGI/MDS nº 128/2010: Relatório da Oficina Técnica para análise da Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar. Brasília: SAGI/DA, 30/08/2010.

A escala brasileira é uma versão adaptada e validada daquela elaborada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (United States Department of Agriculture - USDA), em meados da década de 1990⁴. O processo de validação da EBIA foi conduzido por grupos de pesquisadores de universidades localizadas nas cinco regiões do País, com coordenação no Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, e demandou a realização de estudos quali-

⁴ Para informações sobre a escala americana, consultar a publicação Segurança alimentar 2004 (2006) e os artigos de Radimer e outros (1992), Sampaio e outros (2006) e Pérez-Escamilla e Segall-Corrêa (2008).

-quantitativos, nas áreas urbanas e rurais das cinco Grandes Regiões do País, entre os anos de 2003 e 2004⁵.

Em 2003, o primeiro uso da EBIA foi propiciado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, que financiou um conjunto de pesquisas, mediante projeto coordenado pela UNICAMP, com aplicação de escala para estimar a prevalência de SA em várias cidades brasileiras. Em 2004, foi incorporada ao suplemento de segurança alimentar da PNAD. Financiado à época pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, permitindo o primeiro diagnóstico, no Brasil, de SA e IA com abrangência nacional. No ano de 2006, esse diagnóstico foi atualizado através do uso da EBIA na Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher - PNDS, do Ministério da Saúde.

Os resultados da PNAD 2004 e da PNDS 2006 confirmam que a IA está diretamente relacionada a outros fatores socioeconômicos e de composição da unidade domiciliar (como, por exemplo, a presença de moradores menores de 18 anos de idade, o número de moradores, o sexo ou raça do chefe da família, e a renda domiciliar). Por isso, é aconselhável que as questões da EBIA sejam parte de instrumentos de coleta de dados que contemplem também variáveis socioeconômicas, culturais e outras que se julgar pertinentes para uma caracterização mais abrangente dos fatores que afetam a SA das famílias, tal como vem sendo feito pelo IBGE nos suplementos específicos da PNAD sobre o tema e, agora, pela primeira vez, fazendo parte integrante do questionário Avaliação das condições de vida (POF 6) da POF 2017-2018.

A análise da EBIA é baseada em um gradiente de pontuação final resultante do somatório das respostas afirmativas a 14 questões. Esta pontuação se enquadra nos pontos de corte (Tabela 1), que equivalem aos construtos teóricos acerca da SA, conforme apresentados no Quadro 1.

Tabela 1 - Pontos de corte para domicílios, com e sem menores de 18 anos de idade, segundo a situação de segurança alimentar

Situação de segurança alimentar	Pontos de corte para domicílios	
	Com menores de 18 anos	Sem menores de 18 anos
Segurança alimentar	0	0
Insegurança alimentar leve	1 - 5	1 - 3
Insegurança alimentar moderada	6 - 9	4 - 5
Insegurança alimentar grave	10 - 14	6 - 8

Fonte: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Nota Técnica DA/SAGI/MDS nº 128/2010: Relatório da Oficina Técnica para análise da Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar. Brasília: SAGI/DA, 30/08/2010.

Nota: Pontos de corte para domicílios = Pontuação para classificação dos domicílios nos graus de segurança ou de insegurança alimentar leve, moderada ou grave.

Estes algoritmos foram atualizados durante a oficina técnica para análise da EBIA, promovida à época pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, do então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Realizada entre os

⁵ Estudos realizados com financiamento do Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP. Para melhor detalhamento do processo de validação da EBIA, consultar as publicações Segurança alimentar 2004 (2006) e Acompanhamento e avaliação da segurança alimentar de famílias brasileiras (2004) e o artigo de Sampaio e outros (2006).

dias 16 e 17 de agosto de 2010, em Brasília, a oficina contou com a participação do grupo de pesquisa que elaborou a EBIA (BRASIL, 2010c). O grupo técnico presente na oficina também aprovou algumas atualizações na EBIA, passando então a contar com 14 perguntas em sua composição.

Assim como aplicado na PNAD 2013, as questões componentes da EBIA introduzidas no questionário Avaliação das condições de vida (POF 6) da POF 2017-2018, podem ser observadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Perguntas da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

Numeração	Pergunta
1	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?
2	Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
3	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
4	Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?
5	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?
6	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?
7	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
8	Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?
9	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?
10	Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, comeu menos do que deveria porque não havia dinheiro para comprar comida?
11	Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?
12	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, deixou de fazer alguma refeição , porque não havia dinheiro para comprar comida?
13	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?
14	Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?

Fonte: SEGALL-CORRÊA, A. M. et al. Refinement of the Brazilian household food insecurity measurement scale: recommendation for a 14-item EBIA. Revista de Nutrição, Campinas: Pontifícia Universidade Católica - PUC-Campinas, Mar./Apr. 2014.

O questionário de Avaliação das condições de vida (POF6) é, por definição própria das POFs executadas pelo IBGE, aplicado a todas as unidades de consumo existentes no domicílio. Para efeito dos resultados apresentados nesta publicação e possibilitando as comparações com a série histórica produzida com as aplicações da EBIA nas PNADs de 2004, 2009 e 2013, foram consideradas apenas as respostas apresentadas pela unidade de consumo principal do domicílio (UC 01). Portanto, a classificação do domicílio quando à sua situação de SA, bem como as diversas características

associadas a esta condição, discutidas na seção **Comentários dos resultados**, estão baseadas nas respostas desta unidade de consumo. Para as estimativas de totais de moradores, todos os moradores listados na composição dos domicílios foram considerados, independente da unidade de consumo da qual fazem parte, respeitando a classificação atribuída ao domicílio quanto à situação de SA existente.

Com a divulgação desse novo conjunto de resultados, agora apresentados pela POF 2017-2018, será permitido continuar a avaliação do comportamento dos indicadores diretos de SA dos domicílios brasileiros, ao longo dos últimos anos. As múltiplas possibilidades de análises, confrontando-se os resultados da classificação quanto à situação da SA existente no domicílio com as características dos orçamentos domésticos, constituem um novo horizonte para a avaliação e o monitoramento em SAN.

Advertência

A estrutura da escala com suas perguntas constituindo agrupamentos conceituais e a forma de classificação descrita são condições que permitem estimar as prevalências de SA ou IA das unidades domiciliares de forma adequada e cientificamente testada, não sendo, portanto, recomendada, a utilização de procedimentos analíticos a partir de uma ou mais de suas perguntas, isoladamente, ou qualquer outra alternativa. Estas abordagens forneceriam resultados não consistentes e não comparáveis com os aqui apresentados.

Procedimentos gerais de tratamento das informações e aspectos de amostragem

Os demais aspectos referentes à coleta da POF 2017-2018 e às etapas de tratamentos das informações de quantidades, despesas e rendimentos, tais como: crítica de entrada de dados, tratamento do efeito inflacionário, crítica de valores de despesas e rendimentos, alocação das despesas agregadas, tratamento da não resposta de valores e anualização dos valores e aspectos de amostragem, encontram-se descritos com detalhes na publicação *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: primeiros resultados*, divulgada em 2019.

Comentários dos resultados

A Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 disponibiliza, pela primeira vez em seu conjunto de resultados, a avaliação dos domicílios brasileiros estabelecida segundo os critérios da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA. Cabe ressaltar que esta é a quarta série de resultados disponibilizados sobre este tema, sendo as três anteriores apresentadas através dos Suplementos sobre Segurança Alimentar e Nutricional - SAN que fizeram parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD em 2004, 2009 e 2013. Assim como nesta publicação, os resultados apresentados nas PNADs discutiram a classificação dos domicílios particulares brasileiros segundo quatro graus: segurança alimentar (SA), insegurança alimentar leve (IA leve), insegurança alimentar moderada (IA moderada) e insegurança alimentar grave (IA grave).

Com a migração da medida direta e domiciliar de acesso aos alimentos da PNAD para a POF, é possível ampliar a compreensão do fenômeno da SA e IA com a análise de sua associação com a disponibilidade domiciliar de alimentos, considerada aqui como *proxy* do consumo domiciliar coletivo da família, perfil de gastos gerais da família, compreendido como competidores com as necessidades alimentares e, ainda mais especificamente, com as despesas alimentares dentro e fora do domicílio.

Como já relatado na nota técnica, o grau de SA e os três graus de IA referem-se aos eventos ocorridos nos domicílios segundo o período de referência de três meses que antecederam a coleta de dados da POF 2017-2018.

Conceitualmente, a SA reflete o pleno acesso dos moradores dos domicílios aos alimentos, tanto em quantidade suficiente como

em qualidade adequada. Nesta circunstância de acesso pleno, a pessoa entrevistada sequer relata preocupação ou iminência de sofrer qualquer restrição alimentar no futuro próximo. Os domicílios são classificados como em situação de IA leve quando aparece referência à preocupação com o acesso aos alimentos no futuro e já se verifica comprometimento da qualidade da alimentação no domicílio e moradores ou os adultos da família assumem estratégias para manter uma quantidade mínima de alimentos disponível aos seus integrantes. Nos domicílios com IA moderada os moradores, sobretudo os adultos da família, passaram a conviver no período de referência com restrição quantitativa de alimentos. O nível de IA grave significa que, além dos membros adultos, as crianças, quando presentes, também passaram por privação severa no consumo de alimentos, podendo chegar à sua expressão mais aguda, a fome.

Os comentários contidos nesta seção discutem os resultados observados para as prevalências de SA e IA, sendo esta última apresentada segundo seus três níveis (IA leve, moderada e grave), para os domínios Brasil e Grandes Regiões. Referem-se à SA ou à IA como medida de acesso a alimentação suficiente e adequada, que constitui um componente das dimensões de SAN. Esses conceitos encontram-se detalhados ao longo do texto.

Os resultados contemplam a separação segundo a situação do domicílio (urbano e rural), cor ou raça da pessoa de referência do domicílio, sexo da pessoa de referência do domicílio, bem como algumas características dos domicílios. A relação entre o orçamento doméstico e a situação de SA ou IA também é discutida, através dos resultados sobre as despesas e o rendimento total das famílias. Por último, são apresentados os resultados sobre as diferentes avaliações subjetivas do padrão de vida das famílias em relação à moradia, saúde, educação e a própria alimentação, segundo a situação de SA ou IA.

Segurança alimentar no Brasil e nas Grandes Regiões

Em 2017-2018, a POF estimou um total de 68,9 milhões de domicílios particulares permanentes no Brasil. Dentre esses, 63,3% estavam em situação de SA enquanto 36,7% domicílios particulares restantes estavam com algum grau de IA. Neste período, a proporção de domicílios em IA leve foi de 24,0%, sendo que 8,1% dos domicílios particulares estavam em IA moderada e 4,6% em IA grave. Considerando o nível de IA grave como a forma mais severa de baixo acesso domiciliar aos alimentos, é possível afirmar, com base nos resultados da POF 2017-2018, que cerca de 3,1 milhões de domicílios passaram por privação quantitativa de alimentos, que atingiram não apenas os membros adultos da família, mas também suas crianças e adolescentes. Houve, portanto, ruptura nos padrões de alimentação nesses domicílios e a fome esteve presente entre eles, pelo menos, em alguns momentos do período de referência de 3 meses.

Esse cenário foi ainda mais expressivo entre domicílios particulares localizados na área rural do Brasil, uma vez que a proporção de IA grave foi de 7,1%, e, portanto, três pontos percentuais superior ao verificado na área urbana (4,1%). Os dados das proporções de IA no País e por situação do domicílio encontram-se no Gráfico 1 e os valores absolutos na Tabela 2.

Tabela 2 - Domicílios particulares e moradores em domicílios particulares, por situação do domicílio, segundo a situação de segurança alimentar existente no domicílio - Brasil - 2004/2018

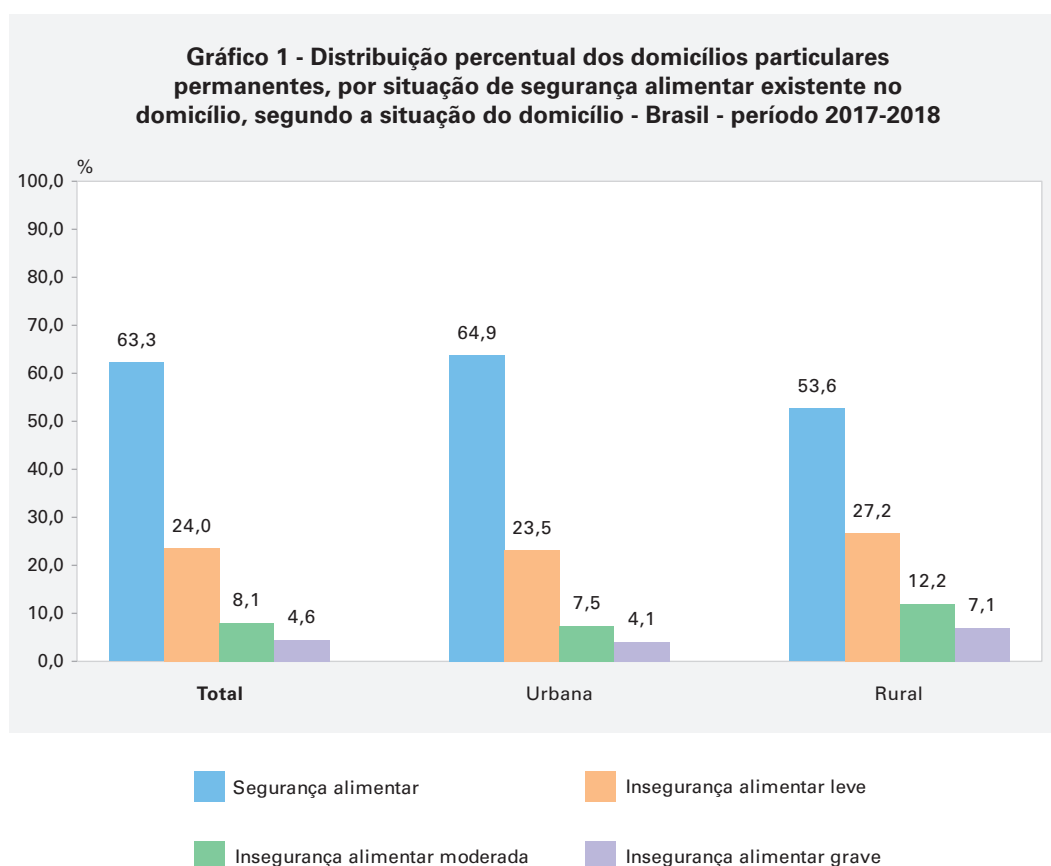
Situação de segurança alimentar existente no domicílio	Domicílios particulares (1 000 domicílios)			Moradores em domicílios particulares (1 000 pessoas)		
	Total	Situação do domicílio		Total	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural		Urbana	Rural
PNAD 2004						
Total	52 158	44 005	8 153	183 365	151 713	31 652
Com segurança alimentar	33 929	29 345	4 585	110 260	94 508	15 752
Com insegurança alimentar	18 205	14 639	3 566	73 030	57 134	15 896
Leve	9 409	7 765	1 644	37 235	30 123	7 112
Moderada	5 172	4 035	1 137	20 797	15 739	5 058
Grave	3 624	2 839	785	14 998	11 272	3 726
PNAD 2009						
Total	59 322	50 265	9 057	193 892	162 054	31 838
Com segurança alimentar	41 411	35 538	5 873	127 687	108 667	19 020
Com insegurança alimentar	17 911	14 727	3 183	66 205	53 387	12 818
Leve	11 088	9 319	1 769	40 553	33 660	6 893
Moderada	3 863	3 089	774	14 361	11 171	3 190
Grave	2 959	2 319	640	11 292	8 556	2 735
PNAD 2013						
Total	65 258	55 968	9 290	201 364	170 688	30 676
Com segurança alimentar	50 524	44 509	6 015	149 350	130 977	18 373
Com insegurança alimentar	14 734	11 459	3 275	52 014	39 711	12 303
Leve	9 643	7 658	1 985	34 469	27 019	7 450
Moderada	2 985	2 207	778	10 320	7 405	2 915
Grave	2 107	1 595	512	7 225	5 287	1 938
POF 2017-2018						
Total	68 862	59 362	9 500	207 104	176 578	30 526
Com segurança alimentar	43 587	38 498	5 089	122 239	107 619	14 620
Com insegurança alimentar	25 275	20 864	4 411	84 865	68 959	15 906
Leve	16 541	13 961	2 580	56 004	46 773	9 231
Moderada	5 598	4 443	1 155	18 577	14 465	4 112
Grave	3 136	2 460	676	10 284	7 721	2 563

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Tabela 3 - Distribuição dos domicílios particulares e moradores em domicílios particulares, por situação do domicílio, segundo a situação de segurança alimentar existente no domicílio - Brasil - 2004/2018

Situação de segurança alimentar existente no domicílio	Distribuição dos domicílios particulares (%)			Distribuição dos moradores em domicílios particulares (%)		
	Total	Situação do domicílio		Total	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural		Urbana	Rural
PNAD 2004						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com segurança alimentar	65,1	66,7	56,2	60,1	62,3	49,8
Com insegurança alimentar	34,9	33,3	43,7	39,8	37,7	50,2
Leve	18,0	17,6	20,2	20,3	19,9	22,5
Moderada	9,9	9,2	13,9	11,3	10,4	16,0
Grave	6,9	6,5	9,6	8,2	7,4	11,8
PNAD 2009						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com segurança alimentar	69,8	70,7	64,8	65,9	67,1	59,7
Com insegurança alimentar	30,2	29,3	35,2	34,1	32,9	40,3
Leve	18,7	18,5	19,5	20,9	20,8	21,7
Moderada	6,5	6,1	8,5	7,4	6,9	10,0
Grave	5,0	4,6	7,1	5,8	5,3	8,6
PNAD 2013						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com segurança alimentar	77,4	79,5	64,7	74,2	76,7	59,9
Com insegurança alimentar	22,6	20,5	35,3	25,8	23,3	40,1
Leve	14,8	13,7	21,4	17,1	15,8	24,3
Moderada	4,6	3,9	8,4	5,1	4,3	9,5
Grave	3,2	2,8	5,5	3,6	3,1	6,3
POF 2017-2018						
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com segurança alimentar	63,3	64,9	53,6	59,0	60,9	47,9
Com insegurança alimentar	36,7	35,1	46,4	41,0	39,1	52,1
Leve	24,0	23,5	27,2	27,0	26,5	30,2
Moderada	8,1	7,5	12,2	9,0	8,2	13,5
Grave	4,6	4,1	7,1	5,0	4,4	8,4

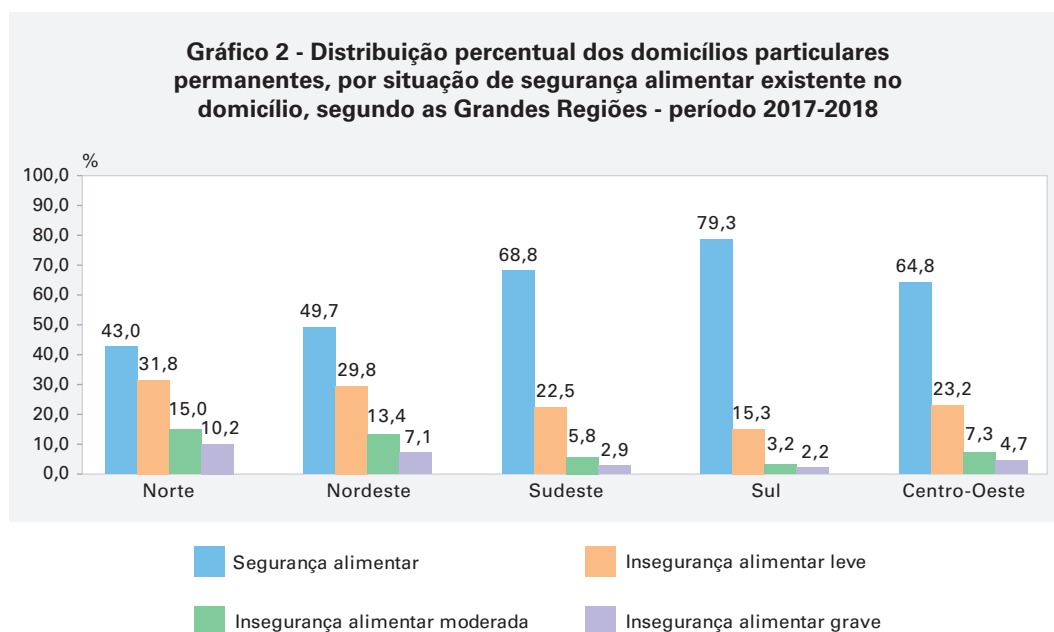
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Considerando os resultados obtidos pela POF 2017-2018, as Regiões Norte e Nordeste do Brasil apresentaram as menores proporções de domicílios particulares em SA (43,0% e 49,7%, respectivamente), de modo que menos da metade dos moradores destas regiões tiveram acesso pleno e regular aos alimentos, tanto quantitativamente como qualitativamente. Já nas Regiões Centro-Oeste (64,8%), Sudeste (68,8%) e Sul (79,3%), mais da metade dos seus domicílios encontravam-se em situação de SA. A proporção de IA leve foi observada em cerca de 1/3 dos domicílios particulares das Regiões Norte (31,8%) e Nordeste (29,8%), indicando um número elevado de moradores vivendo com a preocupação ou incerteza na manutenção do acesso aos alimentos, assumindo assim estratégias que acabam por comprometer a qualidade da dieta e a sustentabilidade alimentar da família. O Gráfico 2 apresenta a distribuição da SA e IA para cada uma das cinco Grandes Regiões e revela cenários diferentes.

As proporções de IA moderada e grave também foram maiores nas Regiões Norte e Nordeste. A Região Norte teve cerca de cinco vezes mais domicílios convivendo com a restrição severa de acesso aos alimentos, ou seja, com IA grave, quando comparada com a Região Sul (10,2% contra 2,2%). As Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil foram as áreas com percentuais mais elevados de domicílios particulares onde a fome esteve presente, com prevalências de IA grave de 10,2%, 7,1% e 4,7%, respectivamente.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Em contraposição, a IA grave esteve presente em menos de 5% dos domicílios das Regiões Sudeste (2,9%) e Sul (2,2%). Essas informações revelam que as desigualdades regionais de acesso aos alimentos verificadas nas PNADs de 2004, 2009 e 2013 continuaram presentes na POF 2017-2018 e que o cenário de desigualdades regionais marcado pela presença da fome continua presente nessas regiões, como podemos ver na Tabela 5.

Tabela 4 - Domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, segundo as Grandes Regiões - 2004/2018

Grandes Regiões	Domicílios particulares (1 000 domicílios)					
	Total	Com segurança alimentar	Situação de segurança alimentar existente no domicílio			
			Com insegurança alimentar			
			Total	Leve	Moderada	Grave
PNAD 2004						
Brasil	52 158	33 929	18 205	9 409	5 172	3 624
Norte	3 593	1 920	1 673	765	485	423
Nordeste	13 369	6 204	7 158	3 054	2 337	1 767
Sudeste	23 238	16 948	6 282	3 773	1 569	940
Sul	8 176	6 256	1 916	1 141	471	304
Centro-Oeste	3 782	2 603	1 176	676	310	190
PNAD 2009						
Brasil	59 322	41 411	17 911	11 088	3 863	2 959
Norte	4 242	2 544	1 698	917	390	391
Nordeste	15 387	8 291	7 096	3 820	1 841	1 435
Sudeste	26 181	20 093	6 088	4 248	1 078	762
Sul	9 112	7 413	1 699	1 206	300	193
Centro-Oeste	4 399	3 070	1 329	897	254	178
PNAD 2013						
Brasil	65 258	50 524	14 734	9 643	2 985	2 107
Norte	4 769	3 049	1 720	1 031	369	321
Nordeste	17 096	10 588	6 508	4 038	1 520	949
Sudeste	28 396	24 288	4 108	2 886	687	535
Sul	9 997	8 507	1 489	1 053	248	188
Centro-Oeste	5 000	4 092	908	634	161	114
POF 2017-2018						
Brasil	68 862	43 587	25 275	16 541	5 598	3 136
Norte	4 997	2 151	2 846	1 589	749	508
Nordeste	17 849	8 864	8 985	5 318	2 391	1 276
Sudeste	30 053	20 682	9 371	6 774	1 733	864
Sul	10 626	8 431	2 195	1 621	338	237
Centro-Oeste	5 337	3 459	1 878	1 240	387	251

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

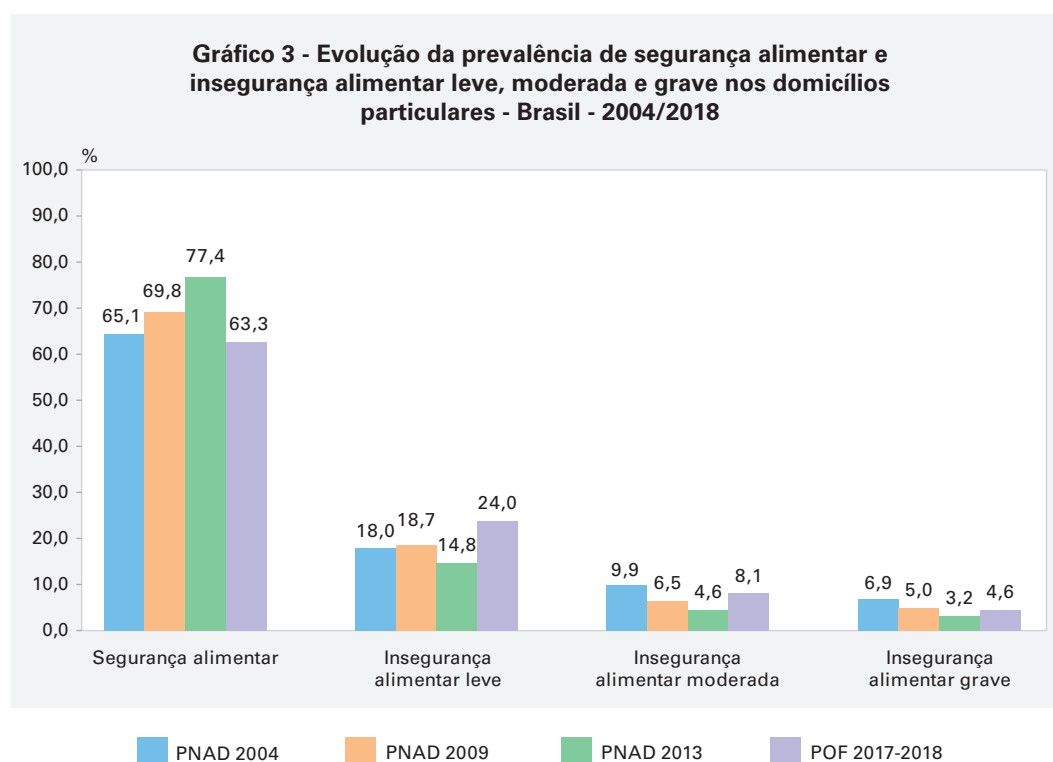
Tabela 5 - Distribuição dos domicílios particulares, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, segundo as Grandes Regiões - 2004/2018

Grandes Regiões	Distribuição dos domicílios particulares (%)					
	Total	Situação de segurança alimentar existente no domicílio				
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar			
			Total	Leve	Moderada	Grave
PNAD 2004						
Brasil	100,0	65,1	34,9	18,0	9,9	6,9
Norte	100,0	53,4	46,6	21,3	13,5	11,8
Nordeste	100,0	46,4	53,5	22,8	17,5	13,2
Sudeste	100,0	72,9	27,0	16,2	6,8	4,0
Sul	100,0	76,5	23,4	14,0	5,8	3,7
Centro-Oeste	100,0	68,8	31,1	17,9	8,2	5,0
PNAD 2009						
Brasil	100,0	69,8	30,2	18,7	6,5	5,0
Norte	100,0	60,0	40,0	21,6	9,2	9,2
Nordeste	100,0	53,9	46,1	24,8	12,0	9,3
Sudeste	100,0	76,7	23,3	16,2	4,1	2,9
Sul	100,0	81,4	18,6	13,2	3,3	2,1
Centro-Oeste	100,0	69,8	30,2	20,4	5,8	4,0
PNAD 2013						
Brasil	100,0	77,4	22,6	14,8	4,6	3,2
Norte	100,0	63,9	36,1	21,6	7,7	6,7
Nordeste	100,0	61,9	38,1	23,6	8,9	5,6
Sudeste	100,0	85,5	14,5	10,2	2,4	1,9
Sul	100,0	85,1	14,9	10,5	2,5	1,9
Centro-Oeste	100,0	81,8	18,2	12,7	3,2	2,3
POF 2017-2018						
Brasil	100,0	63,3	36,7	24,0	8,1	4,6
Norte	100,0	43,0	57,0	31,8	15,0	10,2
Nordeste	100,0	49,7	50,3	29,8	13,4	7,1
Sudeste	100,0	68,8	31,2	22,5	5,8	2,9
Sul	100,0	79,3	20,7	15,3	3,2	2,2
Centro-Oeste	100,0	64,8	35,2	23,2	7,3	4,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

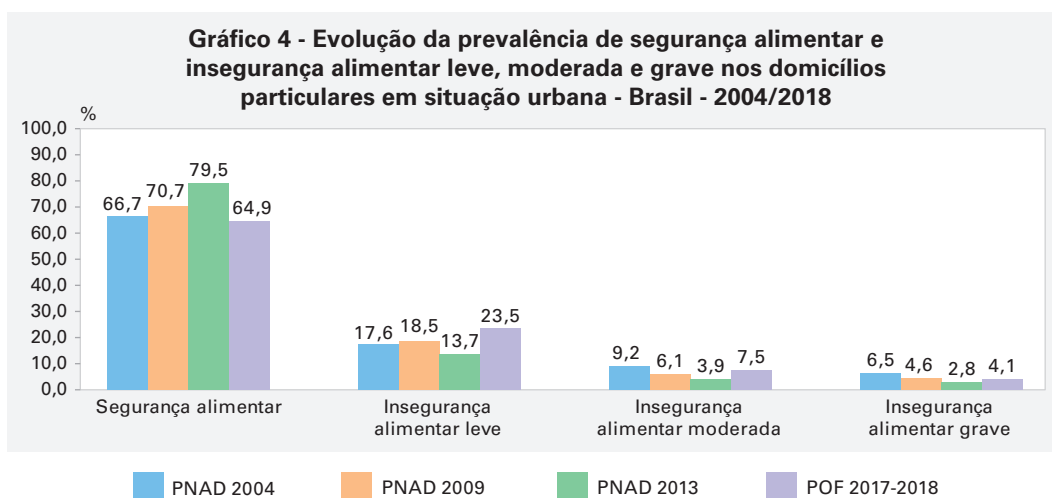
Analisando as modificações ocorridas no Brasil entre os anos de 2004 e 2018, observou-se que, após a tendência de aumento da SA entre os anos de 2004, 2009 e 2013, os resultados obtidos pela POF 2017-2018 foram marcados pela redução na prevalência de domicílios particulares brasileiros que tinham acesso a alimentação de seus moradores de forma adequada (quantitativamente e qualitativamente), como pode ser visto no Gráfico 3. Na POF 2017-2018, 63,3% dos domicílios no País garantiram o acesso a alimentação adequada, proporção inferior ao valor de 2004 (65,1%), época da 1ª avaliação da SAN no Brasil, e 18,2% inferior a 2013. De forma inversa, observa-se aumento de forma expressiva de todas as graus associados à situação de IA, que vinham num cenário de redução.

Comparando com 2013, a IA leve passou para 24,0%, o que corresponde a um aumento de 62,2%. Em relação a 2004, observa-se aumento de 33,3% da forma mais branda da IA. Nos últimos cinco anos, entre 2013 e 2018, houve aumento das prevalências dos graus mais severos de IA no cenário nacional, tanto da IA moderada (76,1%) como a IA grave (43,7%).

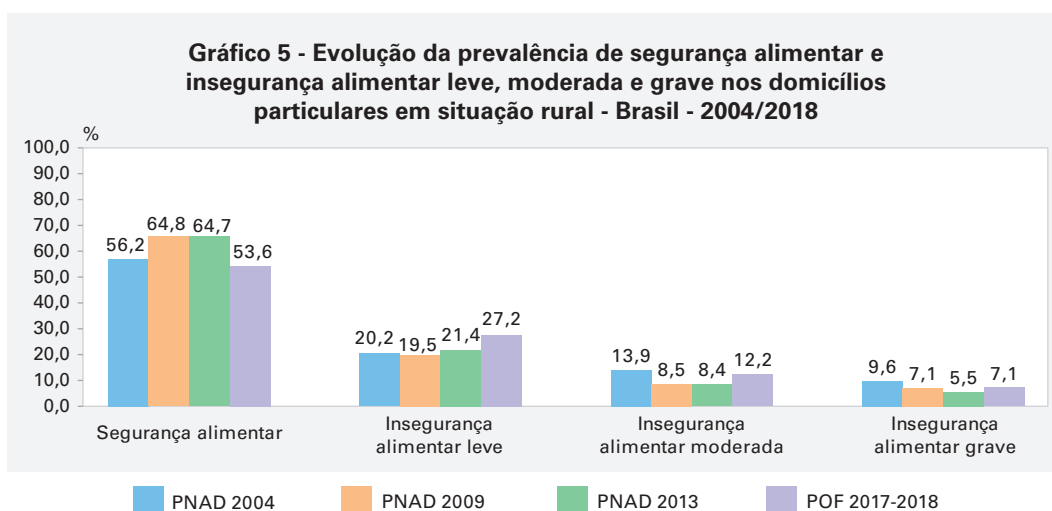


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

As mesmas modificações das prevalências no tempo, observadas para o País como um todo, também aparecem nas análises por área urbana e rural. Entretanto, cabe pontuar que diferenças marcantes surgem nas prevalências de IA, independentemente de seus níveis de manifestação. Essas diferenças no período de análise são maiores para os domicílios localizados nas áreas rurais, comparativamente aos localizados em áreas urbanas, e, com os resultados da POF 2017-2018, é possível constatar a manutenção deste padrão histórico. Os Gráficos 4 e 5 permitem avaliar o comportamento das prevalências no tempo, segundo a situação dos domicílios.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

O Gráfico 6 apresenta a evolução das prevalências de SA e IA, esta última considerando ainda seus três níveis, com base nos resultados dos diferentes anos de levantamentos, segundo as Grandes Regiões do País. Como observado no âmbito nacional, verifica-se claramente a diminuição da proporção dos domicílios em situação de SA existente, independente da região, quando se compara os resultados da POF 2017-2018 e os resultados do levantamento anterior da PNAD 2013.

Historicamente, as Regiões Norte e Nordeste continuam apresentando as menores proporções de domicílios com SA, enquanto as Regiões Sul e Sudeste têm apresentado as maiores prevalências no tempo.

No que se refere a situação de IA existente nos domicílios, quando o foco é a sua manifestação mais intensa, a IA grave, observa-se que ela está presente ao longo da série histórica em maior frequência nas Regiões Norte e Nordeste. Em contrapartida, nas Regiões Sul e Sudeste, no mesmo período, esta prevalência não chegou a 5%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Caraterísticas dos domicílios

A Tabela 6 apresenta a distribuição dos domicílios segundo a situação de SA e IA leve, moderada e grave, levando em conta algumas características dos domicílios e dos moradores.

Quando consideramos o abastecimento de água (87,4% com Rede geral de distribuição), o esgotamento sanitário (69,3% Rede geral, pluvial ou fossa ligada a rede) e o destino do lixo (86,3% coletado), os domicílios com SA apresentaram percentuais pouco acima do total Brasil, com destaque para o caso da Rede geral, pluvial ou fossa ligada a rede no esgotamento sanitário com 6 pontos percentuais acima do registrado para o total do País (63,2%).

Por outro lado, quando são observados os resultados para os domicílios com IA moderada ou IA grave, o percentual dos domicílios com Rede geral de distribuição água (76,8% e 76,3%, respectivamente) são significativamente menores que o percentual para o Brasil (84,9%).

No caso do esgotamento sanitário as diferenças são ainda maiores. A existência de Rede geral, pluvial ou fossa ligada a rede está em menos da metade dos domicílios em IA moderada (47,8%) e IA grave (43,4%). Em ambos os casos, a existência de Fossa não ligada a rede é bastante relevante (cerca de 43%).

O uso de combustível para a preparação dos alimentos não apresentou diferenças significativas nas prevalências de SA ou IA com relação ao uso de Gás de botijão ou encanado. No entanto, o uso de Lenha ou carvão foi mais frequente nos domicílios com IA moderada (30,0%) e IA grave (33,4%), o que pode estar indicando que o uso dessa alternativa por razões de custo.

Quanto ao uso de Energia elétrica como combustível para a preparação dos alimentos, quanto maior o grau observado para IA menor o uso, sendo 60,9% nos domicílios em SA e 33,5% nos domicílios com IA grave.

A POF 2017-1018 revela que o sexo da pessoa de referência do domicílio tem forte relação com o acesso aos alimentos. Assim, nos domicílios classificados como em situação de SA, 61,4% deles tem os homens como pessoa de referência, sendo de apenas 38,6% a frequência de mulheres nesta condição. Essa relação, no entanto, vai se invertendo na medida que se passa da situação de SA para os diferentes níveis da IA, indicando maior vulnerabilidade a baixo acesso aos alimentos nos domicílios onde a mulher é a pessoa de referência (51,9%).

Quando o foco de comparação muda para a cor ou raça da pessoa de referência, aqueles domicílios cuja pessoa de referência se declarou parda são os que apresentaram os maiores percentuais em todos os níveis de IA. Enquanto nos domicílios com SA eles representaram 36,9%, em todos os níveis de IA os percentuais de domicílios com pessoa de referência parda ficaram acima de 50% (50,7% para IA leve, 56,6% para IA moderada e 58,1% para IA grave). As diferenças na distribuição de frequência de pessoas de referência autodeclaradas pretas nos domicílios classificados em SA/IA grave também são significativas, em torno de 5,8 pontos percentuais.

Com relação à composição dos domicílios, quando se observa a correlação entre o total de moradores e a condição do domicílio quanto à SA ou IA, nota-se uma relação inversa existente entre esta variável e a prevalência associada. Para os domicílios em condição de SA, 72,5% apresentaram até três moradores.

Em contrapartida, esse percentual foi de 61,2% para os domicílios em IA grave. Registra-se, portanto, uma diferença marcante de 11,3 pontos percentuais entre estas duas condições extremas.

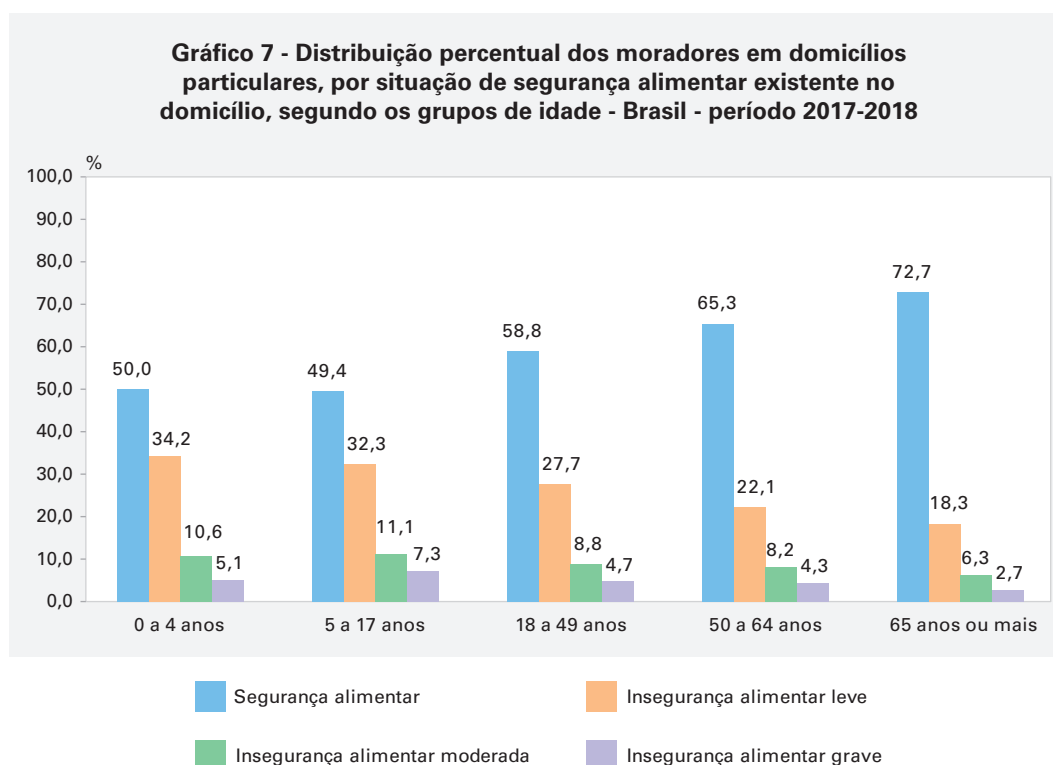
Tabela 6 - Distribuição dos domicílios particulares permanentes, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, segundo características selecionadas - Brasil - 2017-2018

Características selecionadas	Distribuição dos domicílios particulares permanentes (%)					
	Total	Situação de segurança alimentar existente no domicílio				
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar			
			Total	Leve	Moderada	Grave
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Abastecimento de água						
Rede geral de distribuição	84,9	87,4	80,6	82,6	76,8	76,3
Outra forma	15,1	12,6	19,4	17,4	23,2	23,7
Esgotamento sanitário						
Rede geral, pluvial ou fossa ligada à rede	63,2	69,3	52,8	56,3	47,8	43,4
Fossa não ligada à rede	32,4	28,1	39,7	37,8	43,4	43,7
Outra forma	3,5	2,3	5,7	4,8	6,4	9,5
Não tinham	0,9	0,3	1,8	1,1	2,4	3,4
Destino do lixo						
Coletado diretamente por serviço de limpeza	83,6	86,3	78,9	81,3	75,4	72,3
Outro	16,4	13,7	21,1	18,7	24,6	27,7
Combustível para preparar alimentos						
Gás de botijão ou encanado						
Sim	97,6	98,0	96,9	97,9	96,0	93,0
Não	2,4	2,0	3,1	2,1	4,0	7,0
Lenha ou carvão						
Sim	19,8	16,9	24,8	21,3	30,0	33,4
Não	80,2	83,1	75,2	78,7	70,0	66,6
Energia elétrica						
Sim	55,1	60,9	45,1	49,6	38,4	33,5
Não	44,9	39,1	54,9	50,4	61,6	66,5
Sexo da pessoa de referência						
Homem	58,2	61,4	52,6	54,4	50,1	48,1
Mulher	41,8	38,6	47,4	45,6	49,9	51,9
Cor ou raça da pessoa de referência						
Branca	44,1	51,5	31,3	34,2	26,5	24,7
Preta	11,8	10,0	14,7	14,2	15,7	15,8
Parda	42,8	36,9	52,9	50,7	56,6	58,1
Amarela e indígena	1,4	1,6	1,1	1,0	1,2	1,4
Moradores						
Até 3 moradores	67,4	72,5	58,5	57,3	60,5	61,2
4 a 6 moradores	30,3	26,3	37,3	39,1	34,5	32,4
7 moradores ou mais	2,3	1,1	4,3	3,6	5,0	6,4

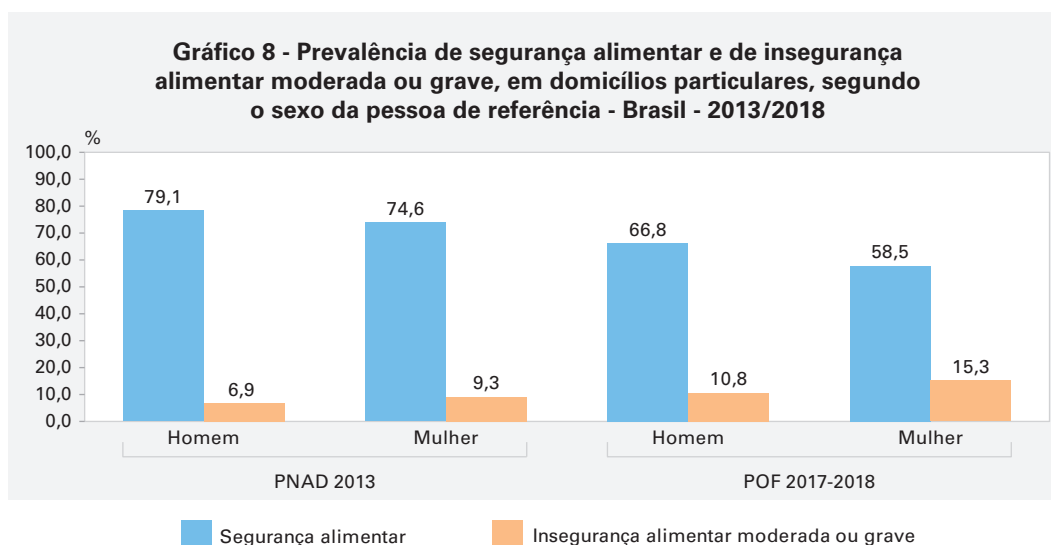
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

A distribuição da população residente nos domicílios, segundo a situação de SA ou IA existente no domicílio, também constitui importante fonte de avaliação. Os resultados trazidos pela POF 2017-2018 mostram que 5,1% da população de 0 a 4 anos de idade e 7,3% da população de 5 a 17 anos de idade conviviam com IA grave, no entanto, na população de 65 anos ou mais de idade esta proporção foi 2,7%. Logo, considerando a distribuição dos moradores por grupos de idade, segundo a situação de SA existente no domicílio, observou-se maior vulnerabilidade à restrição alimentar nos domicílios onde residiam crianças e/ou adolescentes. À medida que aumentava a idade, aumentavam, também, as proporções daqueles que viviam em domicílios em SA e diminuía, conseqüentemente, as proporções dos moradores em IA, nos seus diversos níveis. Este comportamento pode ser verificado no Gráfico 7.

A prevalência de IA moderada ou grave foi maior naqueles domicílios cuja pessoa de referência era mulher, alcançando a proporção de 15,3%. Para domicílios onde a pessoa de referência era um homem, a proporção observada foi de 10,8%, sendo, portanto, menor. Esse comportamento que aponta uma desigualdade provocada pelas diferenças quanto ao sexo da pessoa de referência também foi observado nos resultados da PNAD 2013 (Gráfico 8). Como já mencionado neste texto, houve diminuição na prevalência de SA nos domicílios e, em contrapartida, um aumento nos níveis de IA, fato que se observa ter ocorrido independente do sexo da pessoa de referência, como pode ser constatado também pelo Gráfico 8. Destaca-se neste contexto que o impacto do aumento dos níveis de IA foram mais intensos para os domicílios onde as mulheres eram a pessoa de referência.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2013 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

A Tabela 7 apresenta o impacto da presença de pelo menos um morador com menos de cinco anos de idade e a presença de pelo menos um morador com 60 anos ou mais de idade. Observando as informações contidas na tabela, nota-se que, em todos os levantamentos realizados, a presença de moradores com 60 anos ou mais de idade esteve associada às prevalências maiores de SA. Por outro lado, a presença de menores de cinco anos de idade esteve associada às menores prevalências de SA e à maiores de IA, independentemente do nível que se queira comparar. Outro destaque desta tabela se refere a redução da SA mais acentuada em 2017-2018 entre os domicílios com a presença de ao menos um morador com idade inferior a cinco anos, sendo a proporção em 2017-2018 inferior à de 2004 (51,4% e 52,6%, respectivamente).

Tabela 7 - Distribuição dos domicílios particulares, por condição de presença dos moradores, segundo a situação de segurança alimentar existente no domicílio - Brasil - 2004/2018

Situação de segurança alimentar existente no domicílio	Distribuição dos domicílios, por condição de presença dos moradores (%)			
	PNAD 2004	PNAD 2009	PNAD 2013	POF 2017-2018
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Com morador menor de 5 anos				
Com segurança alimentar	52,6	58,8	67,6	51,4
Com IA leve	25,0	25,8	22,6	33,9
Com IA moderada	13,3	9,0	5,8	9,9
Com IA grave	9,1	6,4	4,0	4,8
Com morador de 60 anos ou mais				
Com segurança alimentar	69,5	74,5	80,8	69,7
Com IA leve	14,9	15,6	12,1	19,8
Com IA moderada	9,5	5,8	4,3	6,9
Com IA grave	6,1	4,1	2,8	3,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Nota: IA - Insegurança alimentar.

Despesas monetárias e não monetárias

Na Tabela 8 são apresentadas e discutidas as despesas monetárias e não monetárias por situação de SA e IA em seus diferentes níveis, segundo os grupos de despesa de consumo. As despesas médias mensais domiciliares segundo os grupos de despesas de consumo variaram de acordo com os níveis de IA. A maior despesa média mensal foi com Habitação e, a menor, com o grupo Educação, para todas as categorias de classificação das condições de acesso dos moradores dos domicílios aos alimentos. A segunda maior despesa mensal nos domicílios em SA foi com Transporte (R\$ 859,17). Em contrapartida, nos domicílios particulares em IA moderada e IA grave, a segunda maior despesa média mensal foi com Alimentação (R\$ 475,72 e R\$ 420,96, respectivamente). Nos domicílios cujos moradores não tiveram dificuldades em garantir o acesso a alimentação adequada, ou seja, em SA, a despesa monetária e não monetária média mensal com Alimentação foi de R\$ 730,57.

Os domicílios localizados na área urbana do País tiveram gastos médios mensais semelhantes à média dos gastos em âmbito nacional. A diferença observada foi no valor dos gastos em reais, que foram maiores independentemente da classificação de SA ou IA domiciliar. Assim, o gasto médio mensal com o grupo Transporte em domicílios particulares em situação de SA na área urbana foi de R\$ 896,98 enquanto, no Brasil como um todo, esse gasto foi no valor de R\$ 859,17.

Na área rural do País, foram percebidas diferenças importantes com relação as despesas médias mensais de consumo efetuadas entre as categorias avaliadas quando comparamos com as despesas dos domicílios localizados na área urbana. Conforme a maior gravidade da IA, as despesas com todos os grupos avaliados foram menores nos domicílios da área rural. Algumas destas diferenças foram expressivamente maiores e se acentuaram conforme a severidade da IA. Nesse sentido, destacamos a despesa média mensal com Alimentação e Educação dos domicílios particulares situados na área rural comparados àqueles na área urbana. Para as despesas com Alimentação, domicílios localizados em área rural e em situação de SA gastavam, em média, 28,7% menos do que os domicílios na área urbana (R\$ 538,82 contra R\$ 755,92); essa diferença foi expressivamente menor quando comparamos os domicílios com IA grave das duas situações de domicílios, uma vez que o valor foi 1,7% menor (R\$ 415,25 contra R\$ 422,53). Já para as despesas com Educação, esse grupo apresentou maior diferença para a despesa média mensal com relação às situações rural e urbana do País, se comparado ao caso da Alimentação, de tal modo que para domicílios particulares em SA a despesa média mensal familiar na área urbana foi mais que o triplo da observada na área rural (R\$ 239,33 contra R\$ 63,94). A mesma comparação, observando agora os domicílios com IA grave, indica que a diferença nas despesas com Educação é também significativa, apesar da menor magnitude, uma vez que as famílias na área rural gastam pouco menos da metade daquelas que vivem na área urbana (R\$ 23,91 contra R\$ 53,78).

Outra forma de avaliar as diferenças observadas entre o percentual gasto com o consumo médio mensal domiciliar por classificação SA ou IA domiciliar, encontra-se representada no Gráfico 9.

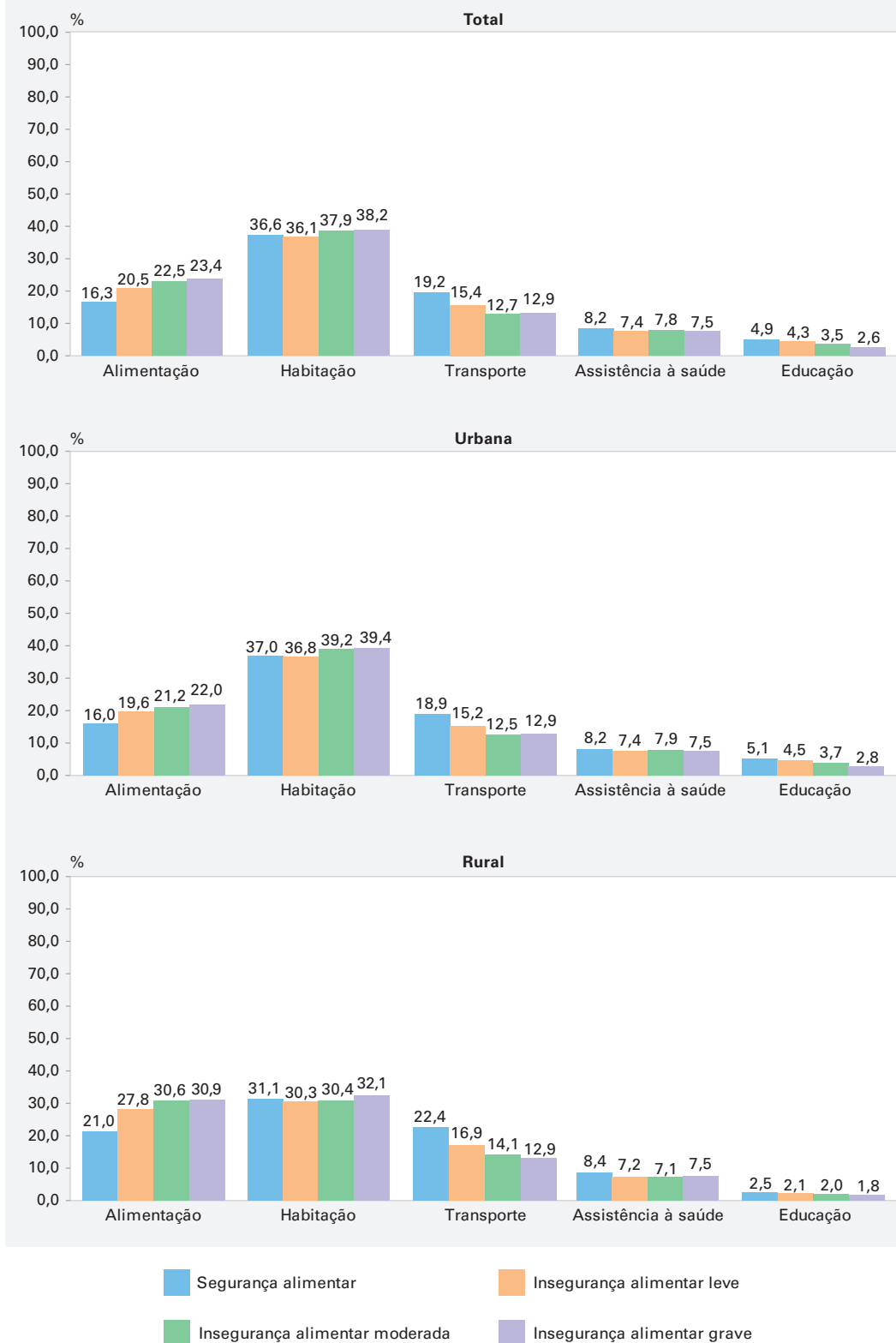
Tabela 8 - Despesa de consumo monetária e não monetária média mensal familiar, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, segundo a situação do domicílio e grupos de despesa - período 2017-2018

Grupos de despesa de consumo	Despesa de consumo monetária e não monetária média mensal familiar (R\$)				
	Total	Situação de segurança alimentar existente no domicílio			
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar		
		Leve	Moderada	Grave	
Brasil					
Despesa de consumo	3 768,53	4 484,96	2 814,96	2 110,76	1 799,90
Alimentação	658,79	730,57	576,68	475,72	420,96
Habitação	1 378,90	1 640,08	1 017,60	800,04	687,76
Vestuário, higiene e cuidados pessoais	297,30	330,39	263,95	206,62	175,16
Transporte	680,49	859,17	433,94	268,72	232,48
Assistência à saúde	302,46	367,96	208,40	164,52	134,48
Educação	175,66	218,86	120,74	73,54	47,34
Despesas diversas	274,93	337,93	193,65	121,61	101,73
Urbana					
Despesa de consumo	4 026,09	4 739,04	2 989,53	2 268,97	1 924,68
Alimentação	681,79	755,92	587,28	480,03	422,53
Habitação	1 492,84	1 751,52	1 101,07	889,18	758,15
Vestuário, higiene e cuidados pessoais	312,98	345,30	276,72	218,44	183,87
Transporte	720,46	896,98	455,88	283,54	248,64
Assistência à saúde	323,34	388,14	222,04	179,57	143,82
Educação	195,71	239,33	135,70	84,94	53,78
Despesas diversas	298,97	361,85	210,85	133,27	113,88
Rural					
Despesa de consumo	2 159,19	2 562,64	1 870,87	1 501,92	1 345,73
Alimentação	515,05	538,82	519,33	459,11	415,25
Habitação	666,95	796,98	566,19	457,01	431,53
Vestuário, higiene e cuidados pessoais	199,32	217,65	194,87	161,12	143,47
Transporte	430,70	573,10	315,30	211,68	173,64
Assistência à saúde	172,01	215,30	134,66	106,60	100,50
Educação	50,38	63,94	39,85	29,67	23,91
Despesas diversas	124,77	156,86	100,66	76,75	57,44

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Nota : Referente às unidades de consumo principal dos domicílios.

Gráfico 9 - Participação percentual das despesas selecionadas, no total das despesas de consumo, por situação do domicílio e situação de segurança alimentar existente no domicílio - Brasil - período 2017-2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

É possível observar que a participação percentual das despesas com Alimentação foi maior, conforme aumentaram os níveis de severidade de IA. Assim, em domicílios particulares em situação de SA, o percentual mensal das despesas com Alimentação foi de 16,3% em relação às despesas totais de consumo. Nos domicílios identificados com IA leve, esse percentual foi de 20,5%, nos domicílios em IA moderada de 22,5% e nos domicílios em IA grave de 23,4%. Para o grupo Habitação, maior despesa média mensal entre os domicílios particulares do Brasil, as participações percentuais foram ligeiramente crescentes em relação aos níveis progressivos de severidade da IA. Assim, o percentual gasto com Habitação, em relação ao total das despesas de consumo, nos domicílios em SA foi de 36,6% e nos domicílios em situação de IA grave foi de 38,2%. Já os gastos percentuais com Educação apresentaram um padrão descendente, conforme as classificações da SA ou IA no domicílio. Portanto, enquanto domicílios em SA apresentaram despesas com o grupo Educação na ordem de 4,9% do total das despesas de consumo, aqueles em situação de IA leve foram de 4,3%, em IA moderada, 3,5%, e em IA grave, 2,6%.

A Tabela 9 evidencia as despesas monetária e não monetária média mensal familiar, de acordo com alguns grupos de alimentos e segundo os níveis de SA e IA.

As despesas com alimentação, segundo os dados já divulgados da *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: primeiros resultados*, somaram-se em 14,2% da despesa total e 17,5% das despesas de consumo realizadas pelas famílias brasileiras. Ao avaliar essas despesas, percebe-se que a maioria dos gastos entre os grupos de alimentos diminui conforme aumenta os níveis de IA. As diferenças mais expressivas foram encontradas no grupo das *Frutas, Carnes, vísceras e pescados e Leites e derivados*. Por exemplo, o gasto médio mensal familiar com *Carnes, vísceras e pescados* em domicílios em condição de SA foi de R\$ 94,98. Em contrapartida, nas famílias em situação de IA grave, ou seja, em domicílios onde há privação no consumo de alimentos, podendo chegar à fome, a despesa monetária e não monetária mensal média foi de R\$ 65,12. As *Carnes, vísceras e pescados* são alimentos que tem importante participação nas despesas com Alimentação no domicílio, como pode ser observado pela ordem de grandeza desta despesa em relação as demais despesas selecionadas para a Tabela 9.

No sentido inverso, encontram-se os grupos dos alimentos *Cereais, leguminosas e oleaginosas*, grupo que contém o arroz e o feijão, e *Aves e ovos*. Nestes grupos, as despesas monetárias e não monetárias médias mensais para consumo no domicílio foram maiores nos domicílios em situação de IA. A diferença mais expressiva foi observada para o produto arroz, onde, por exemplo, o gasto médio mensal dos domicílios em SA foi de R\$ 11,32 e nos domicílios em IA grave foi de R\$ 15,01.

Destaca-se ainda a diferença entre despesas médias mensais para consumo no domicílio de *Alimentos preparados*. Para os domicílios onde não foram identificadas restrições quando ao acesso a alimentos em quantidade e variedade, a despesa média mensal familiar com este tipo de alimento foi de R\$ 17,92. Já para aqueles domicílios cuja situação de restrição foi extrema, estas despesas foram de apenas R\$ 5,59.

A desigualdade que se apresenta quando comparamos os domicílios nas duas extremidades da condição de SA também é evidenciada quando são observadas as despesas médias mensais com Alimentação fora do domicílio, sendo para aqueles domicílios em SA no valor de R\$ 250,64 contra R\$ 123,69 para aqueles em IA grave.

Tabela 9 - Despesa monetária e não monetária média mensal familiar com alimentação, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, segundo os tipos de despesas selecionadas - Brasil - período 2017-2018

Tipos de despesas selecionadas	Despesa monetária e não monetária média mensal familiar com alimentação (R\$)				
	Total	Situação de segurança alimentar existente no domicílio			
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar		
			Leve	Moderada	Grave
Alimentação no domicílio	442,64	479,93	403,61	348,98	297,27
Cereais, leguminosas e oleaginosas	22,24	20,95	24,14	25,43	24,42
Arroz	12,79	11,32	15,24	15,79	15,01
Feijão	5,92	5,33	6,53	7,75	7,65
Farinhas, féculas e massas	15,92	15,81	15,84	17,30	15,52
Açúcares e derivados	19,93	22,63	16,25	15,02	10,46
Legumes e verduras	16,07	18,25	13,42	10,90	8,93
Frutas	23,10	27,43	17,81	12,42	9,93
Carnes, vísceras e pescados	89,48	94,98	84,27	75,63	65,12
Aves e ovos	33,60	32,47	35,13	38,00	33,48
Leites e derivados	46,95	53,30	40,99	29,34	21,69
Panificados	45,38	48,08	44,12	35,97	31,24
Biscoito	11,91	12,29	12,37	9,73	7,97
Óleos e gorduras	7,41	7,94	6,71	6,34	5,53
Refrigerantes	12,06	13,87	10,23	6,99	5,58
Café moído	9,92	9,87	10,03	10,36	9,37
Cervejas e chopes	10,03	12,61	6,63	4,35	2,24
Sal e condimentos	10,20	11,11	9,41	7,86	5,84
Alimentos preparados	14,91	17,92	11,38	7,19	5,59
Alimentação fora do domicílio	216,15	250,64	173,06	126,74	123,69
Almoço e jantar	146,09	176,80	103,27	74,04	73,76
Sanduíches e salgados	18,29	20,51	16,90	10,32	9,03

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Nota : Referente às unidades de consumo principal dos domicílios.

A Tabela 10 apresenta os valores das despesas médias mensais familiares com os grupos e tipos de alimentos selecionados, segundo a situação urbano e rural e ainda considerando as classificações em SA e IA e respectivos níveis.

O comportamento observado no Brasil, anteriormente discutido, também se reflete quando são analisadas as despesas segundo a situação de localização do domicílio, área urbana ou rural. Todavia, algumas importantes diferenças devem ser apontadas, como é o caso da importância das despesas com o grupo de *Cereais, leguminosas e oleaginosas* para os domicílios na condição de IA grave situados em área rural. Para estas famílias, a despesa monetária e não monetária média mensal com este grupo foi de R\$ 32,63. Para os domicílios nas mesmas condições, porém situados em área urbana, esse mesmo tipo de despesa foi de R\$ 22,16. Ademais, para os domicílios onde não foi identificada situação de privação quanto ao acesso regular

a alimentos, em quantidade e variedade, as despesas médias mensais com esse grupo foram menores, independentemente da situação urbana ou rural.

Tabela 10 - Despesa monetária e não monetária média mensal familiar com alimentação, por situação do domicílio e situação de segurança alimentar existente no domicílio, segundo os tipos de despesas selecionadas - Brasil - período 2017-2018

Tipos de despesas selecionadas	Despesa monetária e não monetária média mensal familiar com alimentação por situação do domicílio (R\$)									
	Urbana					Rural				
	Total	Situação de segurança alimentar existente no domicílio				Total	Situação de segurança alimentar existente no domicílio			
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar				Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar		
Leve	Modera- rada		Grave	Leve	Modera- rada	Grave				
Alimentação no domicílio	450,79	489,49	405,59	346,32	290,32	391,69	407,62	392,93	359,22	322,55
Cereais, leguminosas e oleaginosas	20,74	20,01	21,79	23,05	22,16	31,59	28,08	36,88	34,61	32,63
Arroz	11,67	10,51	13,57	14,44	13,92	19,82	17,40	24,27	20,97	18,98
Feijão	5,50	5,08	5,95	6,97	6,78	8,57	7,24	9,64	10,75	10,81
Farinhas, féculas e massas	15,16	15,34	14,86	15,70	13,10	20,70	19,39	21,10	23,49	24,34
Açúcares e derivados	20,32	23,03	16,26	15,32	9,95	17,50	19,65	16,24	13,87	12,30
Legumes e verduras	16,22	18,32	13,39	10,99	8,97	15,10	17,72	13,62	10,55	8,78
Frutas	24,14	28,45	18,33	12,67	10,30	16,62	19,72	14,96	11,42	8,58
Carnes, vísceras e pescados	89,50	95,91	83,14	71,04	58,63	89,33	87,97	90,40	93,30	88,73
Aves e ovos	32,13	31,41	33,26	35,71	30,48	42,83	40,50	45,23	46,82	44,40
Leites e derivados	49,26	55,43	42,63	30,89	23,39	32,57	37,17	32,09	23,39	15,49
Panificados	47,86	50,36	46,42	38,55	33,63	29,89	30,83	31,68	26,02	22,56
Biscoito	11,93	12,47	12,08	9,22	7,60	11,73	10,94	13,95	11,67	9,31
Óleos e gorduras	7,36	7,99	6,45	5,82	5,34	7,72	7,58	8,13	8,33	6,19
Refrigerantes	12,89	14,57	11,09	7,76	6,16	6,86	8,61	5,59	3,99	3,50
Café moído	9,60	9,73	9,34	9,77	8,80	11,94	10,92	13,77	12,60	11,43
Cervejas e chopes	10,83	13,35	7,32	4,57	2,65	5,05	7,02	2,95	3,53	,77
Sal e condimentos	10,46	11,29	9,63	8,34	6,02	8,56	9,75	8,23	6,03	5,18
Alimentos preparados	16,63	19,58	12,89	8,41	6,56	4,18	5,32	3,25	2,48	2,07
Alimentação fora do domicílio	231,0	266,43	181,69	133,71	132,21	123,35	131,20	126,41	99,89	92,70
Almoço e jantar	158,11	189,76	109,49	79,29	80,97	71,01	78,72	69,63	53,85	47,51
Sanduíches e salgados	19,74	21,82	18,38	11,23	10,35	9,21	10,58	8,90	6,81	4,22

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Nota : Referente às unidades de consumo principal dos domicílios.

Aquisição alimentar domiciliar *per capita*

A Tabela 11 apresenta os resultados da aquisição alimentar domiciliar *per capita* anual (em kg) segundo alguns grupos de alimentos selecionados, separados conforme a condição do domicílio em relação à SA ou IA.

Tabela 11 - Aquisição alimentar domiciliar *per capita* anual, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, segundo os grupos de produtos selecionados - Brasil - período 2017-2018

Grupos de produtos selecionados	Aquisição alimentar domiciliar <i>per capita</i> anual (Kg)				
	Total	Situação de segurança alimentar existente no domicílio			
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar		
			Leve	Moderada	Grave
Cereais e leguminosas	27,776	26,705	28,677	31,102	29,596
Hortaliças	23,810	28,174	19,075	15,282	13,133
Frutas	26,445	33,097	18,967	13,609	11,297
Farinhas, féculas e massas	11,949	11,669	11,501	14,493	13,130
Panificados	17,738	18,979	16,558	15,354	13,730
Carnes	20,786	23,166	18,047	16,885	14,460
Pescados	2,791	2,382	2,858	3,961	5,186
Aves e ovos	15,779	16,110	14,929	16,805	14,627
Laticínios	32,231	38,016	27,118	19,511	14,273
Açúcares, doces e produtos de confeitaria	14,132	14,927	13,082	13,577	11,417
Sais e condimentos	4,511	5,056	3,834	3,840	2,920
Óleos e gorduras	6,647	6,921	6,416	6,264	5,333
Bebidas e infusões	52,500	61,727	41,996	36,651	28,680
Alimentos preparados e misturas industriais	3,998	5,080	2,822	1,800	1,513

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Notas: 1. As quantidades de produtos adquiridos na forma líquida foram transformadas em kg, considerando-se volume igual a peso.

2. Referente às unidades de consumo principal dos domicílios.

Ao avaliar os níveis de IA, observa-se uma tendência na redução da aquisição *per capita* anual da maioria dos grupos de alimentos selecionados, quando comparadas com a aquisição de domicílios classificados em SA. Assim, observou-se que quanto maior a gravidade da IA, menor aquisição de *Hortaliças*, *Frutas*, *Panificados*, *Carnes*, *Aves e ovos*, *Laticínios*, *Açúcares, doces e produtos de confeitaria*, *Sais e condimentos*, *Óleos e gorduras*, *Bebidas e infusões* e *Alimentos preparados e misturas industriais*. Para esses grupos, famílias com IA grave tiveram aquisição *per capita* anual expressivamente menor. Entretanto, o aumento da IA refletiu diretamente apenas na aquisição de três grupos de alimentos específicos: (i) os *Cereais e leguminosas*, (ii) as *Farinhas, féculas e massas*, e (iii) os *Pescados*. Para esses alimentos, a aquisição *per capita* média foi maior com o aumento da severidade da IA nos domicílios.

Nas áreas urbana e rural, como pode ser observado na Tabela 12, o padrão de aquisição alimentar domiciliar *per capita* anual, com base nos grandes grupos de produtos selecionados e níveis de classificação de SA ou IA, evidencia uma menor aquisição alimentar domiciliar *per capita* anual (em kg) de *Frutas*, *Hortaliças*, *Bebidas e infusões*,

além dos *Alimentos preparados e misturas industriais* naquelas famílias em área rural, quando comparadas com as que vivem na área urbana, apresentando uma tendência à diminuição a medida que o nível de IA existente no domicílio se agrava. Outro ponto que merece destaque é a aquisição domiciliar de *Pescados*, que foi expressivamente maior na área rural. A tendência foi semelhante à área urbana, onde a aquisição alimentar domiciliar *per capita* anual em quilogramas de pescado aumentou conforme o agravamento dos níveis de IA, sendo maior, portanto, entre os domicílios com IA grave. Vale lembrar que os maiores percentuais de IA grave foram encontrados na Região Norte do País, onde o consumo de *Pescados* usualmente é maior que em outras macrorregiões do País, provavelmente devido a questões geográficas e culturais.

Tabela 12 - Aquisição alimentar domiciliar *per capita* anual, por situação do domicílio, com indicação da situação de segurança alimentar existente no domicílio, segundo os grupos de produtos selecionados - período 2017-2018

Grupos de produtos selecionados	Aquisição alimentar domiciliar <i>per capita</i> anual (Kg), por situação do domicílio										
	Urbana					Rural					
	Total	Situação de segurança alimentar existente no domicílio				Total	Situação de segurança alimentar existente no domicílio				
		Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar				Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar			
	Leve	Modorada	Grave		Leve	Modorada	Grave		Leve	Modorada	Grave
Cereais e leguminosas	25,610	24,876	25,840	28,876	28,349	40,279	40,145	43,036	38,879	33,349	
Hortaliças	24,006	27,916	19,158	15,903	14,034	22,683	30,070	18,654	13,115	10,419	
Frutas	27,730	34,138	19,730	14,175	12,260	19,028	25,452	15,104	11,631	8,396	
Farinhas, féculas e massas	10,658	10,533	10,245	12,575	11,328	19,398	20,011	17,860	21,196	18,554	
Panificados	18,725	19,773	17,474	16,741	15,418	12,043	13,146	11,922	10,509	8,646	
Carnes	20,831	23,088	18,003	16,643	14,337	20,528	23,740	18,270	17,731	14,830	
Pescados	2,396	2,244	2,393	2,880	3,642	5,070	3,397	5,209	7,738	9,837	
Aves e ovos	15,202	15,554	14,308	16,174	13,916	19,105	20,196	18,070	19,010	16,768	
Laticínios	32,863	37,905	27,791	20,522	16,401	28,580	38,833	23,711	15,976	7,866	
Açúcares, doces e produtos de confeitaria	13,404	14,222	12,101	12,914	10,833	18,335	20,109	18,046	15,893	13,173	
Sais e condimentos	4,539	5,041	3,811	4,007	2,957	4,344	5,166	3,955	3,254	2,808	
Óleos e gorduras	6,533	6,793	6,255	6,050	5,488	7,305	7,861	7,232	7,012	4,865	
Bebidas e infusões	56,844	65,386	45,835	41,756	32,747	27,429	34,850	22,566	18,818	16,434	
Alimentos preparados e misturas industriais	4,461	5,516	3,200	2,093	1,829	1,328	1,880	0,912	0,777	0,560	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Notas: 1. As quantidades de produtos adquiridos na forma líquida foram transformadas em kg, considerando-se volume igual a peso.

2. Referente às unidades de consumo principal dos domicílios.

Rendimento total e variação patrimonial

No que se refere ao rendimento total e variação patrimonial médio mensal das famílias, destaca-se a importância do rendimento do trabalho, independentemente da situação encontrada com relação à SA ou IA e seus níveis. Todavia, analisando as diferenças por entre os níveis de IA e a situação de SA existente no domicílio, é possível constatar que a participação do rendimento do trabalho é maior para aqueles domicílios em situação de SA (Tabela 13). A participação do rendimento do trabalho foi de 58,3% para os domicílios em SA contra 45,2% para os classificados em IA grave.

Diferente do que foi observado para o rendimento do trabalho, as transferências se apresentaram como o tipo de origem de rendimento importante para as famílias que vivem em domicílios marcados pela restrição de acesso regular a alimentos, ou seja, IA grave. Para estes domicílios, a participação das transferências foi de 25,7% em relação ao rendimento total e variação médio mensal familiar. Já para o caso dos domicílios encontrados em condição de SA existente, essa participação foi de 19,3%.

Assim como as transferências, o rendimento não monetário também se mostrou relevante para aquelas famílias que vivem em domicílios com IA moderada e grave, com participações de 22,6% e 25,2%, respectivamente. No outro extremo, naqueles onde não foi constatado dificuldades de acesso a alimentos em quantidade e variedades, ou seja, domicílios em SA, essa participação foi de 13,1%.

Tabela 13 - Rendimento total e variação patrimonial média mensal familiar, por tipos de origem dos recebimentos, segundo a situação de segurança alimentar existente no domicílio - Brasil - período 2017-2018

Situação de segurança alimentar existente no domicílio	Rendimento total e variação patrimonial média mensal familiar							
	Total	Tipos de origem dos rendimentos						Variação patrimonial
		Total	Trabalho	Transferência	Aluguel	Outras rendas	Não monetário	
Valor (R\$)								
Total	5 433,34	5 094,75	3 121,81	1 058,14	89,49	37,05	788,26	338,58
Com segurança alimentar	6 732,51	6 283,04	3 925,09	1 298,39	131,55	44,04	883,96	449,48
Com IA leve	3 618,83	3 432,79	2 057,91	667,85	20,63	29,54	656,86	186,04
Com IA moderada	2 524,34	2 441,95	1 218,21	625,28	9,46	18,72	570,28	82,39
Com IA grave	2 139,91	2 080,68	966,94	550,39	11,02	12,19	540,15	59,22
Distribuição percentual (%)								
Total	100,0	93,8	57,5	19,5	1,6	0,7	14,5	6,2
Com segurança alimentar	100,0	93,3	58,3	19,3	2,0	0,7	13,1	6,7
Com IA leve	100,0	94,9	56,9	18,5	0,6	0,8	18,2	5,1
Com IA moderada	100,0	96,7	48,3	24,8	0,4	0,7	22,6	3,3
Com IA grave	100,0	97,2	45,2	25,7	0,5	0,6	25,2	2,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Notas: 1. IA - Insegurança alimentar.

2. Referente às unidades de consumo principal dos domicílios.

Condições de vida

A Tabela 14 apresenta a distribuição dos domicílios segundo os níveis de avaliação para algumas características do padrão de vida das famílias. A distribuição considera a condição do domicílio quanto a existência de SA ou IA, esta última sendo discriminada pelos três níveis.

No caso da avaliação subjetiva do padrão de vida relativa à Alimentação, chama a atenção que, nos domicílios em IA, um percentual considerável avaliou o padrão como bom ou satisfatório. Nos domicílios com IA moderada, 30,0% avaliaram o padrão como bom e 51,1% como satisfatório. Já nos domicílios com IA grave, 20,3% avaliaram o padrão de vida no que tange à Alimentação como bom e 45,8% como satisfatório.

Em relação a avaliação da saúde, é interessante notar que mesmo nos domicílios com SA o padrão de vida para esse quesito foi considerado ruim para 18,6%, um percentual bastante elevado haja vista que, nesse segmento, a avaliação ruim para Alimentação foi de 1,4%, de Moradia, 3,7%, e Educação, 8,1%. No caso dos domicílios com IA grave, a avaliação do padrão de vida relativo à Saúde foi considerada ruim por 49,7% dos domicílios, a pior avaliação de todos os quesitos da Tabela 14.

Tabela 14 - Distribuição dos domicílios particulares permanentes, por situação de segurança alimentar existente no domicílio, segundo as avaliações subjetivas do padrão de vida - Brasil - período 2017-2018

Avaliações subjetivas do padrão de vida	Distribuição dos domicílios particulares permanentes (%), por situação de segurança alimentar existente no domicílio			
	Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar		
		Leve	Moderada	Grave
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Alimentação				
Bom	71,6	45,9	30,0	20,3
Satisfatório	27,0	47,5	51,1	45,8
Ruim	1,4	6,6	18,9	33,9
Moradia				
Bom	73,7	57,4	51,2	44,6
Satisfatório	22,6	32,8	32,0	32,2
Ruim	3,7	9,7	16,8	23,2
Saúde				
Bom	52,5	35,1	28,0	26,3
Satisfatório	28,9	30,6	27,6	24,0
Ruim	18,6	34,3	44,4	49,7
Educação				
Bom	66,5	52,6	46,9	45,8
Satisfatório	25,4	31,4	31,6	27,0
Ruim	8,1	15,9	21,5	27,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

A avaliação subjetiva do padrão de vida no quesito Educação foi a que apresentou as menores diferenças entre os domicílios com SA ou IA. Comparando-se, por exemplo, os domicílios com SA com aqueles em IA grave, que avaliaram o padrão de vida como bom, no caso da Alimentação, a diferença foi de 51,3 pontos percentuais (71,6% e 20,3%, respectivamente), no caso do quesito Moradia, 29,1 pontos percentuais (73,7% e 44,6%, respectivamente), no quesito saúde, 26,2 pontos percentuais (52,5% e 26,3%, respectivamente) e no quesito Educação, 20,7 pontos (66,5% e 45,8%, respectivamente). Mesmo assim é importante ressaltar que, enquanto 8,1% dos domicílios com SA avaliaram o padrão de vida no quesito Educação como ruim, o mesmo foi feito por 27,2% nos domicílios com IA grave.

Referências

ACOMPANHAMENTO e avaliação da segurança alimentar de famílias brasileiras: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação: urbano/rural: relatório técnico: versão preliminar. Campinas: Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Faculdade de Ciências Médicas, 2004. 33 p. Investigação com financiamento e apoio técnico do Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/bvsmis/resource/pt/mis-14026>. Acesso em: ago. 2020.

ANTUNES, M. M. L.; SICHIERI, R.; SALLES-COSTA, R. Consumo alimentar de crianças menores de três anos residentes em área de alta prevalência de insegurança alimentar domiciliar. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - ENSP, v. 26, n. 8, p. 1642-1650, ago. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2010000800017>. Acesso em: ago. 2020.

ARAÚJO, M. L. de. *et al.* Association between food insecurity and food intake. *Nutrition: the international journal of applied and basic nutritional sciences*, Amsterdam: Elsevier, v. 54, p. 54-59, Oct. 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei n. 6.047, de 17 de outubro de 2005*. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Sisan com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF, 2005. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=A78FB65EEEEEB882AB5A7F827A64832B.node2?codteor=393031&filename=Avulso+-PL+6047/2005. Acesso em: ago. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional n. 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, ano 147, n. 25, p. 1-2, 5 fev. 2010a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm. Acesso em: ago. 2020.

BRASIL. Decreto n. 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Sisan com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, ano 147, n. 164, p. 6-8, 26 ago. 2010b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm. Acesso em: ago. 2020.

BRASIL. Decreto n. 7.872, de 26 de dezembro de 2012. Regulamenta a Lei n. 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. *Diário Oficial da União*: Seção 1, edição extra, Brasília, DF, ano 149, n. 248-A, p. 1, 26 dez. 2012. Retificado no Diário, em 28 dez. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7872.htm. Acesso em: ago. 2020.

BRASIL. Lei n. 10.869, de 13 de maio de 2004. Altera a Lei n. 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, ano 141, n. 92, p. 1-2, 14 maio 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.869.htm. Acesso em: ago. 2020.

BRASIL. Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Sisan com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 179, p. 1-2, 18 set. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia alimentar para a população brasileira*. 2. ed. Brasília, DF, 2014. 156 p. Disponível em: <http://www.fsp.usp.br/nupens/o-que-e-o-guia-alimentar/>. Acesso em: ago. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. *Relatório*

da oficina técnica para análise da escala de medida domiciliar da insegurança alimentar. Brasília, DF, 2010c. (Nota técnica, 128).

CABRAL, C. S. et al. Segurança alimentar, renda e Programa Bolsa Família: estudo de coorte em municípios do interior da Paraíba, Brasil, 2005-2011. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - ENSP, v. 30, n. 2, p. 393-402, fev. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00140112>. Acesso em: ago. 2020.

CANBERRA GROUP. *Canberra Group handbook on household income statistics*. 2nd edition. Geneva: United Nations Economic Commission for Europe - Unece, 2011. Disponível em: http://www.unece.org/fileadmin/DAM/stats/groups/cgh/Canberra_Handbook_2011_WEB.pdf. Acesso em: ago. 2020.

COATES, J. et al. Commonalities in the experience of household food insecurity across cultures: what are measures missing? *The Journal of Nutrition*, Bethesda: American Society for Nutrition - ASN, v. 136, n. 5, p. 1438S-1448S, May 2006. Suplemento. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/jn/136.5.1438S>. Acesso em: ago. 2020.

CONFERENCIA INTERNACIONAL DE ESTADÍSTICOS DEL TRABAJO, 17., 2003. Ginebra. *Informe de la conferencia*. Ginebra: Organización Internacional del Trabajo - OIT, 2003. 100 p. Disponível em: <https://ilostat.ilo.org/es/about/standards/icls/icls-documents/>. Acesso em: ago. 2020.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2., 2004, Olinda. *Relatório final*. Brasília, DF: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea, 2004. 46 p. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Alimentar_II/deliberacoes_2_conferencia_seguranca_alimentar.pdf. Acesso em: ago. 2020.

DOCUMENTOS temáticos: objetivos de desenvolvimento sustentável 1, 2, 3, 5, 9, 14. Brasília, DF: Nações Unidas no Brasil - ONUBR, 2017. 103 p. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/documentos-tematicos/>. Acesso em: ago. 2020.

ESTADÍSTICAS de ingresos y gastos de los hogares. Ginebra: Organización Internacional del Trabajo - OIT, 2003. 100 p. Informe II. Trabalho apresentado na 17ª Conferencia Internacional de Estadísticos del Trabajo, realizada em Genebra, 2003. Disponível em: <https://ilostat.ilo.org/about/standards/icls/icls-documents/>. Acesso em: ago. 2020.

FREITAS, M. P. S. de et al. *Amostra mestra para o sistema integrado de pesquisas domiciliares*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 67 p. (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, n. 23). Disponível em: https://www.ibge.gov.br/arquivo/projetos/sipd/texto_discussao_23.pdf. Acesso em: ago. 2020.

GUBERT, M. B. *et al.* Household food insecurity, nutritional status and morbidity in Brazilian children. *Public Health Nutrition*, Cambridge [Reino Unido]: Cambridge Journal; London: The Nutrition Society, v. 19, n. 12, p. 2240-2245, Aug. 2016. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1017/S1368980016000239>. Acesso em: ago. 2020.

KEPPLE, A. W. *Relatório do produto 01*: documento técnico contendo análise reflexiva sobre o conjunto dos principais resultados dos estudos realizados pela SAGI a respeito dos programas de Segurança Alimentar e Nutricional - PAA e cisternas. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI, 2010.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Saúde Coletiva - Abrasco, v. 16, n. 1, p. 187-199, jan. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000100022>. Acesso em: ago. 2020.

LIGNANI, J. de B. Changes in food consumption among the Programa Bolsa Família participant families in Brazil. *Public Health Nutrition*, Cambridge [Reino Unido]: Cambridge Journal; London: The Nutrition Society, v. 14, n. 5, p. 785-792, Apr. 2011. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1017/S136898001000279X>. Acesso em: ago. 2020.

LIGNANI, J. de B., *et al.* Relationship between social indicators and food insecurity: a systematic review. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Saúde Coletiva - Abrasco, v. 23, p. 1-15, July 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-549720200068>. Acesso em: ago. 2020.

MARQUES, E. S. *et al.* Household food insecurity: a systematic review of the measuring instruments used in epidemiological studies. *Public Health Nutrition*, Cambridge [Reino Unido]: Cambridge Journal; London: The Nutrition Society, v. 18, n. 5, p. 877-892, Jun. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1368980014001050>. Acesso em: ago. 2020.

NORD, M.; ANDREWS, M.; CARLSON, S. *Household food security in the United States, 2002*. Washington, DC: United States Department of Agriculture - USDA, 2003. 53 p. (Food assistance and nutrition research report, n. 35). Disponível em: <https://www.ers.usda.gov/publications/pub-details/?pubid=46751>. Acesso em: ago. 2020.

PALMEIRA, P. A.; SALLES-COSTA, R.; PÉREZ-ESCAMILLA, R. Effects of family income and conditional cash transfers on household food insecurity: evidence from a longitudinal study in Northeast Brazil. *Public Health Nutrition*, Cambridge [Reino Unido]: Cambridge Journal; London: The Nutrition Society, v. 23, n. 4, p. 756-767, Mar. 2020.

PALMEIRA, P. A. et al. Temporal changes in the association between food insecurity and socioeconomic status in two population-based surveys in Rio de Janeiro, Brazil. *Social Indicators Research*, Dordrecht [Holanda]: Reidel Publishing, v. 144, p. 1349-1365, Feb. 2019.

PANIGASSI, G. et al. Insegurança alimentar intrafamiliar e perfil de consumo de alimentos. *Revista de Nutrição*, Campinas: Pontifícia Universidade Católica - PUC-Campinas, v. 21, p. 135-144, jul./ago. 2008. Suplemento. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-52732008000700012>. Acesso em: ago. 2020.

PÉREZ-ESCAMILLA, R. Can experience-based household food security scale help improve food security governance? *Global Food Security*, Amsterdam: Elsevier, v. 1, n. 2, p. 120-125, Dec. 2012.

PÉREZ-ESCAMILLA, R.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Food insecurity measurement and indicators. *Revista de Nutrição*, Campinas: Pontifícia Universidade Católica - PUC-Campinas, v. 21, p. 15-26, jul./ago. 2008. Suplemento. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732008000700003&lang=es. Acesso em: ago. 2020.

PESQUISA de orçamentos familiares 2017-2018: avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 56 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=27139&t=publicacoes>. Acesso em: ago. 2020.

PESQUISA de orçamentos familiares 2017-2018: manual do agente de pesquisa. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 317 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=25578&t=conceitos-e-metodos>. Acesso em: ago. 2020.

PESQUISA de orçamentos familiares 2017-2018: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 64 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=25578&t=publicacoes>. Acesso em: ago. 2020.

POBLACION, A. P. et al. Insegurança alimentar em domicílios brasileiros com crianças menores de cinco anos. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - ENSP, v. 30, n. 5, p. 1067-1078, maio 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00072713>. Acesso em: ago. 2020.

RADIMER, K. L. et al. Understanding hunger and developing indicators to assess it in women and children. *Journal of Nutrition Education*, Indianapolis: Society for Nutrition Education and Behavior - SNEB, v. 24, n. 1, p. 36-44, Jan./Feb. 1992. Suplemento.

REICHENHEIM, M. E. et al. A model-based approach to identify classes and respective cutoffs of the Brazilian household food insecurity

measurement scale. *The Journal of Nutrition*, Bethesda: American Society for Nutrition - ASN, v. 146, n. 7, p. 1356-1364, July 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.3945/jn.116.231845>. Acesso em: ago. 2020.

SALLES-COSTA, R. *et al.* Associação entre fatores socioeconômicos e insegurança alimentar: estudo de base populacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil. *Revista de Nutrição*, Campinas: Pontifícia Universidade Católica - PUC-Campinas, v. 21, p. 99-109, jul./ago. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732008000700009. Acesso em: ago. 2020.

SAMPAIO, M. de F. A. *et al.* (In)segurança alimentar: experiência de grupos focais com populações rurais do Estado de São Paulo. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas: Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação - NEPA, v. 13, n. 1, p. 64-77, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/san.v13i1.1845>. Acesso em: ago. 2020.

SANTOS, T. G. dos. *et al.* Trends and factors associated with food insecurity in Brazil: the national household sample survey, 2004, 2009, and 2013. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - ENSP, v. 34, n. 4, mar. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00066917>. Acesso em: ago. 2020.

SEGALL-CORRÊA, A. M. *et al.* Refinement of the brazilian household food insecurity measurement scale: recommendation for a 14-item EBIA. *Revista de Nutrição*, Campinas: Pontifícia Universidade Católica - PUC-Campinas, v. 27, n. 2, p. 241-251, Mar./Apr. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1415-52732014000200010>. Acesso em: ago. 2020.

SEGURANÇA alimentar 2004. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 144 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/19898-suplementos-pnad3.html?edicao=10526&t=publicacoes>. Acesso em: ago. 2020.

SEGURANÇA alimentar 2004/2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 188 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/19898-suplementos-pnad3.html?edicao=10527&t=publicacoes>. Acesso em: ago. 2020.

SEGURANÇA alimentar 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 133 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/19898-suplementos-pnad3.html?edicao=10528&t=publicacoes>. Acesso em: ago. 2020.

SOUZA, B. F. do N. J. de. *et al.* Demographic and socioeconomic conditions associated with food insecurity in households in Campinas, SP, Brazil. *Revista de Nutrição*, Campinas: Pontifícia Universidade Católica - PUC-

Campinas, v. 29, n. 6, p. 845-857, Nov./Dec. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-98652016000600009>. Acesso em: ago. 2020.

THE STATE of food security and nutrition in the world 2020: transforming food systems for affordable healthy diets. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO, 2020. 289 p. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/ca9692en>. Acesso em: ago. 2020.

SWINDALE, A.; BILINSKY, P. Development of a universally applicable household food insecurity measurement tool: process, current status, and outstanding issues. *The Journal of Nutrition*, Bethesda: American Society for Nutrition - ASN, v. 136, n. 5, p. 1449-1452, May 2006. Suplemento. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/jn/136.5.1449S>. Acesso em: ago. 2020.

TAKAGI, M.; SILVA, J. G. da; DEL GROSSI, M. *Pobreza e fome: em busca de uma metodologia para quantificação do problema no Brasil*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Instituto de Economia, 2001. 58 p. (Texto para discussão, n. 101). Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/1731/texto101.pdf>. Acesso em: ago. 2020.

TRATAMENTOS das informações. *In*: PESQUISA de orçamentos familiares. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. v. 2. 198 p. (Série relatórios metodológicos, v. 10). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81836_v2.pdf. Acesso em: ago. 2020.

Equipe técnica

Ministério da Economia

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Trabalho e Rendimento

Maria Lucia Franca Pontes Vieira

Gerência da Pesquisa de Orçamentos Familiares

André Luiz Martins Costa

Análise da Segurança Alimentar no Brasil

Tabulação dos resultados

André Luiz Martins Costa

José Mauro de Freitas Júnior

Marcelo Rubens dos Santos do Amaral

Paulo Roberto Coutinho Pinto

Textos e comentários

André Luiz Martins Costa

José Mauro de Freitas Júnior

Revisão e preparo de originais

André Luiz Martins Costa

Jaciara Zacharias da Silva

José Mauro de Freitas Júnior

Laura Maria do Carmo Arêas

Planejamento, acompanhamento e controle

Gerência da Pesquisa de Orçamentos Familiares

André Luiz Martins Costa

Isabel Cristina Martins Santos
Jacira Zacharias da Silva
José Antonio Lutterbach Soares
José Mauro de Freitas Júnior
Juliano José Guimarães Junqueira
Laura Maria do Carmo Arêas
Leonardo Santos de Oliveira
Luciana Alves dos Santos
Marta de Oliveira Antunes
Paulo Roberto Coutinho Pinto

Colaboradores

Colaboradores técnicos

Aline Alves Ferreira (Instituto de Nutrição Josué de Castro - INJC/Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)

Ana Maria Segall-Corrêa (Livre docente aposentada – Departamento de Saúde Coletiva – Faculdade de Ciências Médicas/Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP) e pesquisadora associada voluntária – Programa de Alimentação, Nutrição e Cultura - PALIN/Fundação Oswaldo Cruz Brasília - Fiocruz Brasília)

Michael Eduardo Reichenheim (Instituto de Medicina Social - IMS/Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ)

Rosana Salles-Costa (Instituto de Nutrição Josué de Castro - INJC/Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Trabalho e Rendimento

Gerência de Pesquisas

Antony Teixeira Firmino

Gerência de Estudos, Métodos e Controle

Gabriel Henrique Oliveira Assunção

Raphael Fernandes Soares Alves

Michelle Menegardo de Souza

Coordenação de Métodos e Qualidade

Marcos Paulo Soares de Freitas

Gerência de metodologia estatística

André Wallace Nery da Costa

Marcus Vinícius Moraes Fernandes

Coordenação Operacional do Censo

Maria Vilma Salles Garcia

Cadastro Nacional de Endereços para fins Estatísticos

Wolney Cogoy Menezes

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento

Bianca Walsh

Gerência de Soluções de Capacitação

Paulo David De Jesus Tostes Dos Santos
Georgia de Souza Assumpção
Ana Paula Donizetti Lins de Albuquerque
Aline Mirilli Martins Dos Santos
Fabio Muniz de Moura
Hugo Sousa Campos

Diretoria de Informática

Coordenação de Atendimento e Desenvolvimento de Sistemas

Claudio Mariano Fernandes

Gerência de Sistemas Populacionais e Sociais

Cristiane de Moura Cruz Oliveira
Edson Costa Braga
Arthur Beltrão Castilho Neto
Luiz Fernando de Moura
Marcio Fernandes Rebelo
Vânia da Silva Boquimpani
Helena Serrão Piccinini
Solange Ferreira Pinto

Coordenação de Operações e Serviços de Informática

Bruno Gonçalves Santos

Gerência de Implantação e Administração dos Serviços em Produção

Edson Orofino de Souza
Julio Cezar Figueiredo

Coordenações Estaduais da POF 2017-2018

Rondônia

Antoniony dos Santos Souza

Acre

Lara Torchi Esteves
João Paulo Feitosa Couto

Amazonas

Riter Lucas Miranda Garcia

Roraima

Luiz Felipe Oliveira Souza

Pará

Max Elias Calil Gomes

Amapá

Ananias do Carmo Picanço

Tocantins

João Francisco Severo dos Santos
Nereu Ribeiro Soares Júnior

Maranhão

Patrícia de Oliveira Borges e Souza

Piauí

Ranieri Ferreira Leite

Ceará

Luciano Oliveira Vieira

Rio Grande do Norte

Damião Ernane de Souza

Carlos Alberto Pinheiro Fontes

Paraíba

Felipe Ferreira Fraga

Pernambuco

Isailda Maria Barros Pereira

Alagoas

Thomázio Bergson Farias Correia

Sergipe

Leonardo Souza Leão Leite de Sá

Bahia

Mateus Rodamilans Bastos

Minas Gerais

Alexandre de Lima Veloso

Espírito Santo

Ilmar Vicente Moreira

Rio de Janeiro

Júlia Brandão Teixeira de Freitas

São Paulo

Eugenio Carlos Ferreira Braga

Paraná

Flávio Roberto Schuler de Oliveira

Santa Catarina

Fabiano Rodolfo

Rio Grande do Sul

Marcelo dos Santos Malheiros

Mato Grosso do Sul

Sylvia Martinez Assad de Oliveira

Mato Grosso

Nivaldo de Souza Lima

Goiás

Mariana Borges Celani

Distrito Federal

Vladimir de Andrade Stempliuik

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marisa Sigolo Mendonça

Gerência de Editoração

Estruturação textual

Leonardo Martins

Diagramação tabular e de gráficos

Rodrigo Passos de Oliveira

Márcia do Rosário Brauns

Diagramação textual

Alberto Guedes da Fontoura Neto

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização documental

Aline Loureiro de Souza

Ana Raquel Gomes da Silva

Isabella Carolina do Nascimento Pinto

Juliana da Silva Gomes

Lioara Mandoju

Nadia Bernuci dos Santos

Normalização textual e padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Ednalva Maia do Monte

Impressão e acabamento

Newton Malta de Souza Marques

Helvio Rodrigues Soares Filho

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800 721 8181

PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES 2017 - 2018

ANÁLISE DA SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL

As Pesquisas de Orçamentos Familiares - POFs realizadas pelo IBGE visam disponibilizar informações sobre a composição dos orçamentos domésticos e as condições de vida da população brasileira, incluindo a percepção subjetiva da qualidade de vida, além de gerar bases de dados e estudos sobre o seu perfil nutricional.

Com o lançamento desta publicação, o IBGE dá prosseguimento à divulgação de resultados da POF 2017-2018, agora referentes à segurança alimentar no Brasil, tema até então investigado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, também realizada pelo Instituto, em suas edições de 2004, 2009 e 2013. Os dados deste estudo foram obtidos a partir da aplicação das perguntas componentes da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA, que permite identificar e classificar os domicílios de acordo com os graus de severidade com que o fenômeno é vivenciado pelas famílias neles residentes, possibilitando, assim, estimar a magnitude do problema da insegurança alimentar nessas unidades. As perguntas referentes à EBIA, cabe destacar, são as mesmas investigadas nas PNADs, mantendo-se, dessa forma, a possibilidade de comparação dos indicadores e as informações da série histórica nacional sobre o tema.

Os resultados ora apresentados, abrangendo as famílias residentes nas áreas urbana e rural, para o conjunto do País e as Grandes Regiões, enfocam a relação da situação de segurança ou insegurança alimentar existente nos domicílios com as características do orçamento doméstico e o modo de viver das famílias. Para tal, são consideradas informações sobre despesas e aquisições, características dos domicílios, aquisição alimentar domiciliar *per capita*, rendimento total e variação patrimonial, além da avaliação subjetiva das condições de vida em relação à moradia, saúde, educação e alimentação. A análise dos resultados, ilustrada por tabelas e gráficos, ressalta os aspectos mais relevantes dos indicadores considerados e efetua comparações com as estatísticas obtidas nas investigações anteriores da PNAD.

As notas técnicas que complementam a publicação sintetizam os procedimentos utilizados na coleta e tratamento dos dados da pesquisa, as conceituações das variáveis investigadas, entre outras considerações de natureza metodológica.

No portal do IBGE na Internet, são disponibilizados os instrumentos de coleta utilizados na POF 2017-2018, assim como os microdados da pesquisa, de modo a facilitar a exploração de sua base de dados segundo perspectivas diversas.

